

avaliação e aprendizagem

UMA PUBLICAÇÃO DA FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL E CENPEC | JANEIRO 2013

Avaliações externas

Perspectivas para a ação pedagógica
e a gestão do ensino

Conheça melhor a Prova Brasil:

Entenda o Boletim
das escolas

Entrevistas:

No Espírito Santo, resultados da
avaliação externa repercutem nas
escolas

No Ceará, avaliações ajudam a priorizar
a aprendizagem dos alunos

Avaliação e Aprendizagem

Avaliações externas: perspectivas para a ação pedagógica e a gestão do ensino

São Paulo | 2013

Coordenação técnica



Iniciativa



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Avaliação e Aprendizagem : Avaliações externas : perspectivas para a ação pedagógica e a gestão do ensino / [textos] Eloisa de Blasis, Ana Maria Falsarella, Ocimar Munhoz Alavarse ; coordenação Eloisa de Blasis, Patricia Mota Guedes. -- São Paulo : CENPEC : Fundação Itaú Social, 2013.

ISBN: 978-85-8115-011-6

1. Aprendizagem - Avaliação 2. Educação 3. Educação - Finalidades e objetivos 4. Prática pedagógica 5. Professores - Formação 6. Tecnologia educacional I. Blasis, Eloisa de. II. Falsarella, Ana Maria. III. Alavarse, Ocimar Munhoz. IV. Guedes, Patricia Mota.

12-15718

CDD-371.35

Índices para catálogo sistemático:

1. Prática pedagógica : Aprendizagem e avaliação : Educação 371.35

As avaliações externas e o desafio da aprendizagem na escola pública

As avaliações externas vêm ganhando a atenção crescente de gestores públicos e comunidades escolares, por deixarem claro um compromisso com os resultados da educação e fornecerem parâmetros objetivos para o debate sobre a melhoria da qualidade no ensino.

No entanto, para aqueles que vivem e acompanham o dia a dia da sala de aula, da gestão das escolas e redes de ensino, é um desafio compreender os resultados das avaliações e transpor as informações para o cotidiano, tomando-as como um elemento capaz de colaborar com o avanço do trabalho educativo.

Reconhecendo esse desafio, a publicação **Avaliação e Aprendizagem** foi feita para você, professor, gestor, técnico de escola e de secretaria de educação, com a intenção de trazer subsídios para a leitura dos resultados das avaliações externas e estimular propostas de intervenção voltadas à melhoria dos processos educacionais.

Com esta publicação, pretendemos reafirmar nosso compromisso com a garantia do direito ao acesso à escola, à aprendizagem e à educação pública de qualidade para todas as crianças, adolescentes e jovens brasileiros.

*Fundação Itaú Social
Cenpec*





Iniciativa

Fundação Itaú Social

Vice-Presidente

Antonio Jacinto Matias

Superintendente

Valéria Veiga Riccomini

Gerente

Isabel Cristina Santana

Coordenadora

Patrícia Mota Guedes



Coordenação Técnica

Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec)

Presidente do Conselho Administrativo

Maria Alice Setubal

Superintendente

Anna Helena Altenfelder

Coordenação Técnica

Maria Amabile Mansutti

Gerente de Projetos Apoiados

Regina Inês Villas Boas Estima

Coordenadora Técnica de Projetos

Eloisa De Blasis

Avaliação e Aprendizagem

Coordenação editorial

Eloisa De Blasis

Patrícia Mota Guedes

Textos

Eloisa De Blasis

Ana Maria Falsarella

Ocimar Munhoz Alavarse

Leitura Crítica

Isabel Cristina Santana

Patrícia Mota Guedes

Entrevistas

Sonia Barbosa Dias

Colaboradores

Alexsandro Nascimento Santos

Fernanda Kivitz

Marcos Alexandre Tilger

Consultoria

Ocimar Munhoz Alavarse

Contribuições especiais

Luiz Gesqui

Cláudia Oliveira Pimenta

Luciana França Leme

Preparação de texto

Carlos Eduardo Matos

Projeto Gráfico

Praxis Design

A publicação **Avaliação e Aprendizagem** é uma iniciativa da Fundação Itaú Social, sob coordenação técnica do Cenpec, direcionada a profissionais da Educação e ao público em geral, com o objetivo de contribuir com o estudo e ampliação dos debates sobre as possibilidades de uso das avaliações em larga escala.



Sumário

- 
- 
- 03** As avaliações externas e o desafio da aprendizagem na escola pública
 - 06** O Programa Avaliação e Aprendizagem
 - 08** O que são sistemas de avaliação do desempenho escolar?
 - 12** Avaliações externas em articulação com o trabalho pedagógico e a gestão do ensino
 - 13** Diálogo entre diferentes dimensões avaliativas
 - 14** As escolas necessitam de parâmetros externos para conduzir o seu trabalho
 - 15** Avaliação da aprendizagem: ação pedagógica voltada para a formação
 - 20** Avaliação institucional: compromisso coletivo com a melhoria da escola
 - 22** Entrevista: no Espírito Santo, resultados da avaliação externa repercutem nas escolas
 - 24** Leitura e interpretação de resultados da avaliação externa
 - 27** Os resultados além das médias
 - 28** Análise do boletim da Prova Brasil
 - 36** Contextualizar os resultados das avaliações para ampliar a compreensão
 - 38** Perspectivas para o trabalho pedagógico e para a gestão do ensino
 - 40** Entrevista: no Ceará, as avaliações externas têm ajudado a política educacional a priorizar a aprendizagem do aluno

O Programa Avaliação e Aprendizagem

As avaliações do desempenho escolar, feitas em larga escala na educação básica, estão presentes na política pública de educação brasileira há duas décadas. Entretanto, a partir de 2005 com a Prova Brasil¹ e de 2007 com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)², passaram a ter maior destaque na agenda político-educacional de municípios e estados. O caráter censitário desses indicadores e a projeção de metas bianuais do Ideb promoveram maior interesse, adesão e mobilização em torno dessas avaliações por parte de gestores educacionais, escolas, professores e comunidades.

O ponto de partida é a leitura e interpretação dos resultados das avaliações padronizadas

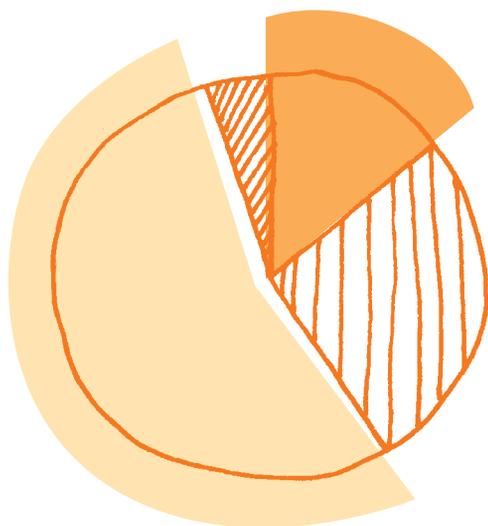
Mesmo ocupando espaço central no desenho das políticas educacionais de estados e municípios, estudos apontam que as informações produzidas por essas avaliações ainda não são suficientemente exploradas como subsídio para a gestão educacional e o trabalho pedagógico. Observam-se dificuldades para a compreensão dos resultados e pouca influência destes nos planejamentos e intervenções educacionais, o que indica a necessidade de trabalho direcionado para atender às novas demandas de uso, tanto por parte de escolas como de secretarias de educação.

Considerando este cenário, o **Programa Avaliação e Aprendizagem** iniciou o seu percurso em 2011, tendo em vista contribuir com os debates e ampliar o uso das avaliações externas (de larga escala, ou padronizadas), como uma das estratégias para a melhoria da qualidade na educação básica.

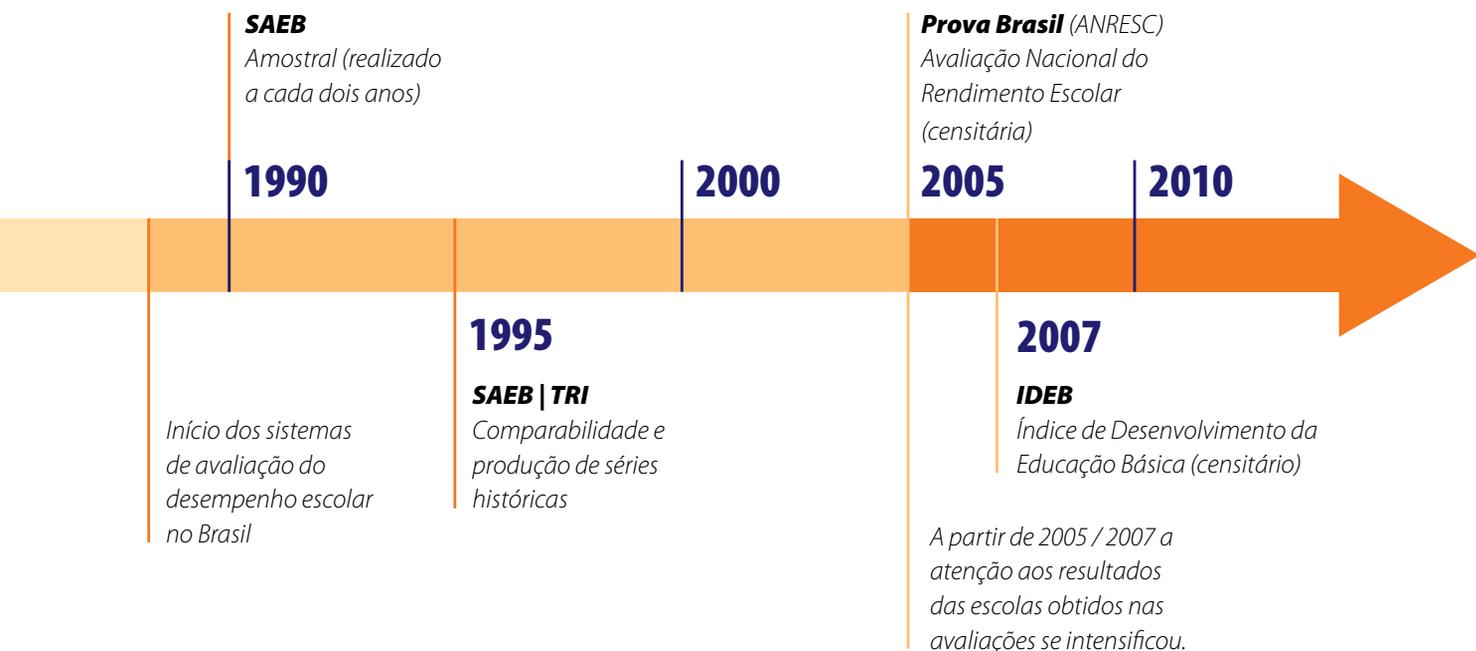
Com essa perspectiva, o Programa vem desenvolvendo:

- pesquisas e estudos sobre os usos das avaliações externas junto a secretarias municipais e estaduais de educação;
- publicações para educadores e o público em geral;
- ações de formação em contextos diversos, diretamente com gestores escolares, professores, pais, e jornalistas, bem como gestores e técnicos das redes estaduais e municipais de educação.

As ações do Programa buscam ampliar o uso das avaliações de larga escala, a partir da construção e disponibilização, para os sistemas de ensino e escolas, de um quadro de referências, conteúdos e metodologias. O ponto de partida é a leitura e interpretação dos resultados das avaliações padronizadas. A compreensão detalhada desses resultados amplia a percepção sobre



- 1 A Prova Brasil é uma avaliação em larga escala aplicada aos alunos de 5º e 9º anos do Ensino Fundamental, nas redes estaduais, municipais e federais.
- 2 O Ideb é um indicador sintético, composto pela combinação dos dados de proficiência média, calculada a partir do desempenho dos alunos na Prova Brasil e do rendimento médio das taxas de aprovação.



as possibilidades de diálogo entre essas avaliações e as práticas de ensino e de gestão, tanto no âmbito das escolas como das secretarias de educação.

Nos encontros de formação são analisadas as informações produzidas pelas avaliações (ou testes padronizados): Prova Brasil e Ideb, que são comuns a todas as escolas brasileiras e, nos casos específicos de estados e municípios que possuem sistemas próprios de avaliação, as informações produzidas por estes.

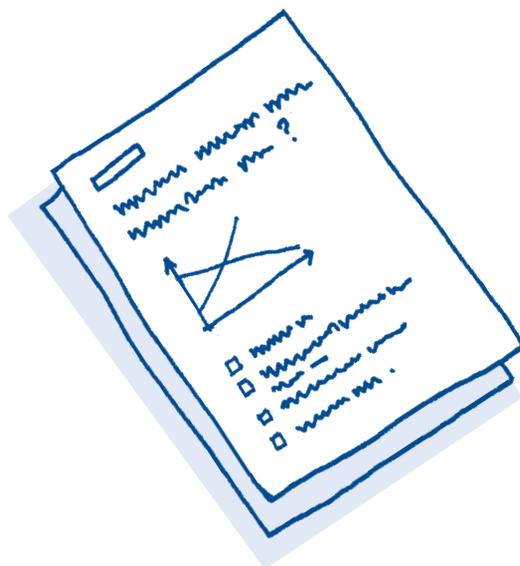
A abordagem metodológica e os conteúdos da formação partem da perspectiva de que as informações produzidas pelas avaliações externas contribuem para o diagnóstico de necessidades dos sistemas de ensino e escolas e podem induzir à formulação de políticas com efeitos positivos na prática pedagógica e na aprendizagem. Nesta primeira edição, a publicação **Avaliação e Aprendizagem** apresenta alguns dos enfoques, conteúdos e aprendizados desse processo.

Em 2011, os eventos de formação do Programa Avaliação e Aprendizagem reuniram técnicos e gestores de 63 municípios nos estados de Goiás, Paraná e Tocantins; e técnicos da área pedagógica das Superintendências Regionais de Ensino da Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo (que possui sistema próprio de avaliação). Em 2012 o Programa colaborou com secretarias estaduais de educação (que possuem sistemas próprios de avaliação) na formação de equipes técnicas, a partir de programa ou política local específica envolvendo a avaliação: em Goiás, com o programa de "Tutoria Pedagógica"; no Ceará, com o "Programa de Alfabetização na Idade Certa (Paic)"; e no Espírito Santo, com o "Paebes no dia a dia da Escola".

O que são sistemas de avaliação do desempenho escolar?

O **Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)** foi criado pelo MEC em 1988. A partir de 1995 incorporou nova metodologia, baseada na Teoria de Resposta ao Item, que permite a comparabilidade dos dados ao longo do tempo, em série histórica. Também realizou, em âmbito nacional, a primeira aplicação amostral de testes padronizados em *leitura e resolução de problemas* nas séries finais de cada ciclo do Ensino Fundamental (4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano) e 3º ano do Ensino Médio, de todas as unidades da Federação e redes de ensino público (municipal, estadual, federal) e particular, o que passou a ser feito a cada dois anos.

A partir de 2005, a atenção aos resultados das escolas obtidos nas avaliações se intensificou. Primeiro com a reestruturação do Saeb pela Portaria Ministerial nº 931 de 21 de março de 2005, que foi desmembrado em duas avaliações: a **Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb)** e a **Avaliação Nacional do Rendimento no Ensino Escolar (Anresc)**, esta última mais conhecida como **Prova Brasil**, aplicada de modo censitário em todas as escolas públicas. Em seguida, com a criação do **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**, que reúne, em um só indicador, os conceitos de fluxo, expressos nas taxas de aprovação registradas no Censo Escolar, e de desempenho nas provas padronizadas em



leitura e resolução de problemas. Calculado como a média das notas padronizadas, o Ideb varia de 0 a 10 e seus resultados permitem traçar metas bianuais, o que possibilitou que se tornasse ferramenta para o acompanhamento das metas de qualidade para a educação básica do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Desde então, estados e municípios vêm adotando e desenvolvendo sistemas próprios de avaliação. A maioria baseia-se na metodologia utilizada pelo Saeb, mas com a inclusão de elementos próprios aos interesses de cada rede.



Qual o objetivo dessas avaliações?

Realizar um diagnóstico dos sistemas educacionais brasileiros a partir do desempenho dos estudantes em testes padronizados. As informações produzidas visam monitorar e subsidiar a formulação ou reformulação das políticas públicas educacionais municipais, estaduais e federais.

ANEB

Quando é realizada?

A cada dois anos, desde 1990.

Quais escolas são avaliadas?

A avaliação é feita por amostragem. Participam alunos matriculados no 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio de escolas das redes públicas e privadas, localizadas em área rural e urbana.

O que é avaliado?

Língua Portuguesa: leitura

Matemática: resolução de problemas

Como são apresentados os resultados?

Oferece resultados de desempenho apenas para o Brasil, regiões e unidades da Federação.

PROVA BRASIL

Quando é realizada?

A cada dois anos, desde 2005.

Quais escolas são avaliadas?

As escolas que participam da Prova Brasil são divididas em dois grupos. No primeiro grupo (censitário) são avaliadas **todas** as escolas e recebem a aplicação da prova **todos** os alunos de 5º e 9º anos do Ensino Fundamental de escolas públicas das redes municipais, estaduais e federais de área rural e urbana. No segundo grupo, por amostragem (*), recebem a aplicação da prova alunos do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental das escolas privadas, alunos do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental das escolas públicas com menos de 20 alunos e alunos do 3º ano do Ensino Médio das escolas públicas.

O que é avaliado?

Língua Portuguesa: leitura

Matemática: resolução de problemas

Como são apresentados os resultados?

São apresentadas as médias de desempenho para o Brasil, regiões e unidades da Federação, para cada um dos municípios e escolas participantes. O resultado é divulgado por escola. Não são divulgados dados por aluno.

(*) De um universo total de alunos, ou escolas, é selecionada uma amostra (uma parte), que represente esse total e a partir da qual seja possível fazer generalizações para o todo. A amostra pode ser obtida, por exemplo, por sorteio.

IDEB - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O que é?

É um indicador, criado em 2007 e verificado a cada dois anos, que procura medir a eficiência da escola pública brasileira a partir de dois critérios: **proficiência média dos alunos** e **percentual de aprovação escolar**. A idéia é assegurar que os alunos aprendam o que precisam aprender (proficiência), mas que não sejam vítimas da reprovação escolar que sempre foi um fator de seleção na escola pública brasileira.

Como o indicador é calculado?

O indicador combina em sua composição informações sobre a média de desempenho dos estudantes na **Prova Brasil** (Português e Matemática) e **taxa de aprovação** (uma expressão do rendimento escolar) obtida a partir do Censo Escolar realizado anualmente pelo Inep. Na fórmula para o cálculo, a proficiência média é transformada numa nota de zero a dez. Essa nota é multiplicada pela taxa de aprovação escolar que varia de 0,0 a 1,0 (sendo de 1,0 quando 100% dos alunos foram aprovados). O Ideb utiliza uma escala de 0 a 10 e procura induzir escolas e sistemas a melhorarem seus resultados, uma vez que vem associado a **mecanismos de gestão**, com o estabelecimento de **metas a serem alcançadas**. As metas do Ideb são calculadas por escola, mas o objetivo é que o Brasil consiga Ideb de 6,0 para todo o sistema público até 2022.

Para saber mais

<http://ideb.inep.gov.br>
www.portalideb.com.br

PROVINHA BRASIL

O que é?

A Provinha Brasil é um instrumento pedagógico elaborado pelo MEC / Inep (com a colaboração de vários centros de alfabetização), para fornecer informações sobre o processo de alfabetização dos estudantes matriculados no 2º ano do Ensino Fundamental, aos professores e gestores das redes de ensino. Seus objetivos são: avaliar o nível de alfabetização dos alunos nos anos iniciais do Ensino Fundamental; diagnosticar possíveis insuficiências das habilidades de leitura e escrita e subsidiar intervenções pedagógicas e na gestão para melhorar a qualidade da alfabetização.

Quando é aplicada?

A cada ano, em duas etapas: ao início do 2º ano de escolarização e ao final desse mesmo ano letivo. Sugere-se que o Teste 1 seja aplicado, preferencialmente, até o mês de abril, e o Teste 2, até o final de novembro.

O que é avaliado?

As habilidades a serem desenvolvidas durante o processo de alfabetização e letramento.

Quem aplica a prova? E quem corrige?

O kit da Provinha Brasil é impresso e distribuído pela Secretaria de Educação Básica do MEC, em parceria com o FNDE, para todos os municípios do Brasil. A prova pode ser aplicada diretamente pela escola:

- pelo próprio professor da turma, com o objetivo de monitorar e avaliar a aprendizagem de seus alunos;
- por pessoas indicadas e preparadas pela secretaria de educação.

Os resultados poderão ser corrigidos pelo próprio professor da turma ou pelo aplicador do teste. Assim, o professor, a escola e a secretaria de educação poderão saber o nível de desempenho das turmas de modo imediato, o que permitirá intervenções ao longo do ano.



O QUE DIFERENCIA A PROVINHA BRASIL DA PROVA BRASIL?

<i>Provinha Brasil</i>	<i>Prova Brasil</i>
<i>É aplicada pela escola, pelo próprio professor de cada turma ou por aplicador preparado pela secretaria de educação.</i>	<i>É uma avaliação externa elaborada, aplicada e corrigida por agentes externos à escola.</i>
<i>Aplicada a alunos do 2º ano do Ensino Fundamental, é uma avaliação diagnóstica que avalia habilidades a serem desenvolvidas no processo de alfabetização e letramento. Permite intervenções imediatas no processo de alfabetização e letramento.</i>	<i>Aplicada ao término de cada ciclo do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, avalia habilidades de leitura e resolução de problemas.</i>
<i>A pontuação é aferida pelo índice de acertos do aluno na prova. Permite conhecer o desempenho individual dos alunos.</i>	<i>A prova passa por tratamento estatístico que verifica níveis de proficiência alcançados pelos alunos. Não são divulgados resultados individuais, mas por escola e rede de ensino.</i>
<i>Seus resultados não são utilizados na composição do Ideb.</i>	<i>Seus resultados são utilizados na composição do Ideb.</i>

Para saber mais

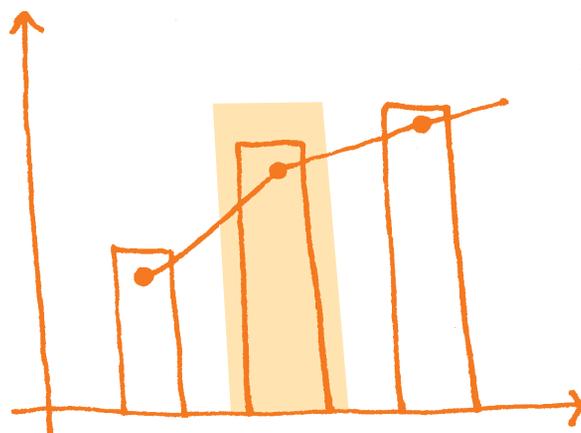
<http://provinhabrasil.inep.gov.br>

Avaliações externas em articulação com o trabalho pedagógico e a gestão do ensino

A avaliação é um ponto de partida para repensar e planejar a ação pedagógica e a gestão educacional

As avaliações externas podem fornecer pistas importantes para que se reflita sobre o desenvolvimento do trabalho educativo no interior das escolas, especialmente quando esses resultados se referem a aspectos ou componentes que têm peso para o conjunto das atividades escolares, como é o caso da leitura e da resolução de problemas.

A avaliação é um ponto de partida, de apoio, um elemento a mais para repensar e planejar a ação pedagógica e a gestão educacional. Os pontos de chegada são o direito de aprender e o avanço da melhoria global do ensino. Por isso, faz-se necessário que os profissionais de escolas e de secretarias de educação compreendam os dados e informações produzidos pelas avaliações, saibam o que significam. De tal modo que, além de utilizá-los para a elaboração e implementação de ações, desmistifiquem a ideia de que a avaliação externa é apenas um instrumento de controle, ou ainda, que sua função é comparar escolas ou determinar a promoção ou retenção de alunos.



AVALIAÇÕES EXTERNAS E AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA

As avaliações externas são elaboradas, organizadas e conduzidas por agentes externos à escola. Também são chamadas de avaliações em larga escala, por serem aplicadas, por exemplo, a uma rede de ensino inteira, municipal ou estadual; ou ainda a várias redes de ensino, como é o caso da Prova Brasil.

Essas avaliações informam sobre os resultados educacionais de escolas e redes de ensino a partir do desempenho dos alunos em testes ou provas padronizadas que verificam se estes aprenderam o que deveriam ter aprendido, permitindo inferências sobre o trabalho educativo das escolas e redes de ensino.

Diálogo entre diferentes dimensões avaliativas

Embora fundamentais por abrir perspectivas para as diretrizes das políticas educacionais e para os debates sobre a qualidade do ensino, as avaliações externas não dão conta da amplitude e complexidade do trabalho escolar. A Prova Brasil, por exemplo, mostra a média de desempenho dos alunos da escola de modo geral, mas não traz detalhamentos ou informações que permitam intervenções imediatas no processo pedagógico de um ano para outro. Isso significa que ela não fornece todas as informações necessárias para avançarmos na ampliação da oferta de oportunidades de aprendizagem.

Para prosseguir com essa busca é necessário considerar as diferentes ferramentas avaliativas disponíveis no âmbito interno das escolas, que são capazes de fornecer informações adicionais e qualificadas sobre as práticas escolares, além de complementar e dialogar com a avaliação externa: a avaliação da aprendizagem

(realizada no contexto da ação pedagógica do professor em sala de aula) e a avaliação institucional (realizada pelo coletivo da escola no escopo de seu projeto pedagógico), ou seja, as avaliações internas, realizadas sistematicamente pelas escolas. (Freitas, 2009).

Para concretizar a possibilidade de diálogo entre essas três formas de avaliação, parte-se do entendimento de que as três, quando relacionadas, clarificam a tomada de decisões pertinentes a situações específicas. Nesse diálogo está presente um movimento de integração, que respeita o lugar de cada uma (com suas características e especificidades) colocando-as em igual patamar de importância para o avanço da aprendizagem dos alunos.

Para saber mais

FREITAS, L.C. et al. **Avaliação educacional: caminhando pela contramão**. Petrópolis: Vozes, 2009 (Coleção Fronteiras Educacionais).



As escolas necessitam de parâmetros externos para conduzir o seu trabalho

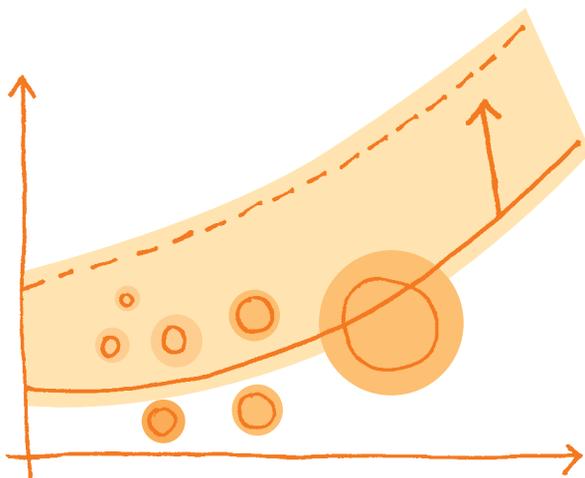
Com a implementação da Prova Brasil no âmbito federal e de outras avaliações de desempenho nas esferas estadual e municipal, as equipes escolares podem vislumbrar nos resultados dessas avaliações uma “fotografia” da situação de aprendizagem de seus alunos. Os parâmetros externos permitem às escolas ter uma noção mais clara das qualidades ou fragilidades de seu ensino e de seu projeto pedagógico; permitem que se comparem consigo mesmas e acompanhem o próprio percurso.

As avaliações externas não substituem as avaliações da aprendizagem elaboradas pelos professores no contexto de sua ação pedagógica, e tampouco representam todo o processo pedagógico. Contudo, nem uma nem outra pode ser desmerecida. A análise comparada das informações fornecidas por ambas pode produzir elementos para subsidiar o trabalho desenvolvido no interior das escolas, seja para o aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação elaborados internamente, seja para oferecer elementos de contexto para as provas externas. Além de ser um componente importante para o planejamento e a readequação dos programas de ensino.

Tanto em relação às avaliações internas quanto às externas, coloca-se a necessidade da apreciação crítica e do debate sobre os critérios envolvidos, com

a ressalva de que nas avaliações externas eles são mais explícitos e coletados, em princípio, com procedimentos mais rigorosos. Disso reforça-se a idéia de que os profissionais da educação, ainda que possam e devam levantar questionamentos sobre as avaliações externas, reconheçam sua relação com a realidade da escola:

- Quais informações os gráficos e tabelas dos boletins estão apresentando?
- Qual o significado dessas informações?
- Todos compreendem essas informações (professores, pais, alunos)?
- O que elas podem nos dizer sobre o trabalho realizado pela escola?
- Nossos alunos estão de fato aprendendo e progredindo no ritmo esperado?
- Por que alguns se saíram bem e outros não?
- Quais elementos a avaliação da aprendizagem realizada pelos professores nos dá para entender melhor os resultados das avaliações externas?



As avaliações externas fornecem uma “fotografia” da situação de aprendizagem dos alunos

Avaliação da aprendizagem: ação pedagógica voltada para a formação

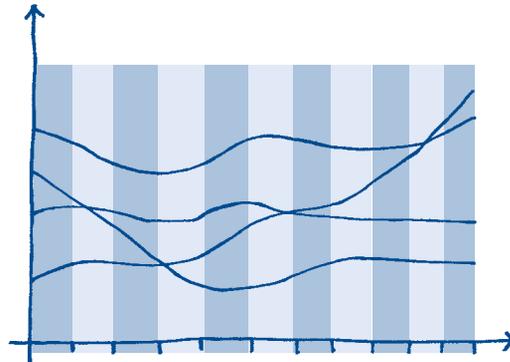
Enquanto a avaliação externa, de maneira geral, verifica se os alunos atingiram as aprendizagens esperadas ao final de um ciclo, a avaliação da aprendizagem realizada internamente pela escola permite diagnosticar a situação de cada turma e estudante, acompanhar e intervir no processo educativo ao longo do ciclo. Ou seja, a avaliação interna da aprendizagem permite tomar as devidas providências para que os alunos progridam antes de terminarem um ciclo de escolarização.

A avaliação ajuda a aprimorar o olhar. A equipe escolar, em seu conjunto, ajuda cada professor a focalizar sua prática. O professor ajuda o aluno a olhar para sua aprendizagem. É um exercício permanente que envolve a equipe escolar, os alunos e os pais com os objetivos de:

- conhecer os modos de aprender do aluno;
- identificar possíveis causas de fragilidade dos alunos na aprendizagem;
- adequar os processos de ensino à aprendizagem e aprimorá-los;
- acompanhar sistematicamente o desempenho de cada aluno, com a proposição de ações que lhe permitam superar eventuais dificuldades (antes que se instalem definitivamente) e continuar sua escolaridade;
- prever metas de aprendizagem e traçar estratégias para alcançá-las.

Quando falamos em avaliação da aprendizagem do aluno, estamos pensando na atribuição de valor sobre o grau de eficiência, eficácia, efetividade e viabilidade do processo de ensino promovido pelo professor e pela escola e subsidiado pelo sistema educacional.

A base do ato de avaliar é o julgamento mediante uma escala de valores e critérios claros. Mas, o julgamento do qual falamos diz respeito àquilo que o aluno tem aprendido ou não. Trata-se da avaliação dos resultados da ação pedagógica, que informa o quanto o aluno está conseguindo avançar. O importante é



que, em qualquer de suas funções, os resultados da avaliação sejam associados a outros indicadores que possibilitem aperfeiçoar o processo de ensino.

Muitos são os procedimentos possíveis nesse processo e, ao se adotar um procedimento ou um combinado deles, é preciso ter clareza sobre quais objetivos pretende-se avaliar e quais valores, implícitos ou explícitos, estão em jogo.

Não se avaliam apenas aquisições de conteúdos, mas também habilidades, atitudes, hábitos e competências

Convém destacar que **não se avalia apenas a aquisição de conteúdos**, mas também **habilidades** (de interpretar um texto, por exemplo), **atitudes** (de cooperação, de organização, entre outras), **hábitos** (por exemplo, estudar sistematicamente) e, enfim, **competências** (utilizar conhecimentos, hábitos, atitudes e habilidades para resolver situações de vida).

- ▶ **Eficiência:** houve o melhor aproveitamento?
- ▶ **Eficácia:** os alunos apresentaram ganhos de aprendizagem?
- ▶ **Efetividade:** as mudanças permaneceram?
- ▶ **Viabilidade:** o processo planejado era exequível?

A avaliação informa o quanto o aluno está conseguindo avançar e ajuda a pensar em como impulsioná-lo

Também é preciso diferenciar **avaliação de instrumento para a avaliação**: provas, produções de textos, seminários, entrevistas, entre outros, são instrumentos, com procedimentos adequados a eles, que colaboram para apontar o “quanto” os alunos avançaram em suas aprendizagens. Nas avaliações internas, cada escola se vale de múltiplos instrumentos. O julgamento que se faz dessa “quantificação” é a avaliação, o que deve, em muitas circunstâncias, levar à investigação das causas dos resultados estimados.

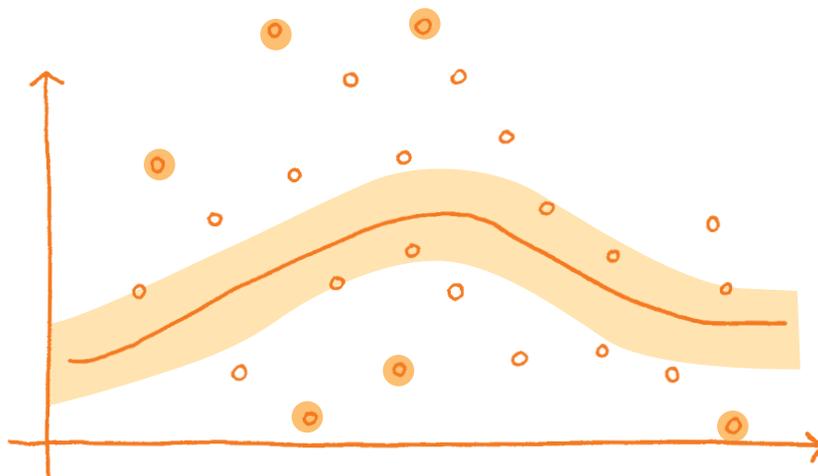
Trabalhar com a avaliação da aprendizagem é fundamental desde que a entendamos como uma prática pedagógica necessária para o aluno, para o professor, para o conjunto da escola e para os pais. A avaliação informa o quanto o aluno está conseguindo avançar e ajuda a pensar em como impulsioná-lo a superar as próximas etapas e mobilizar a aprendizagem.

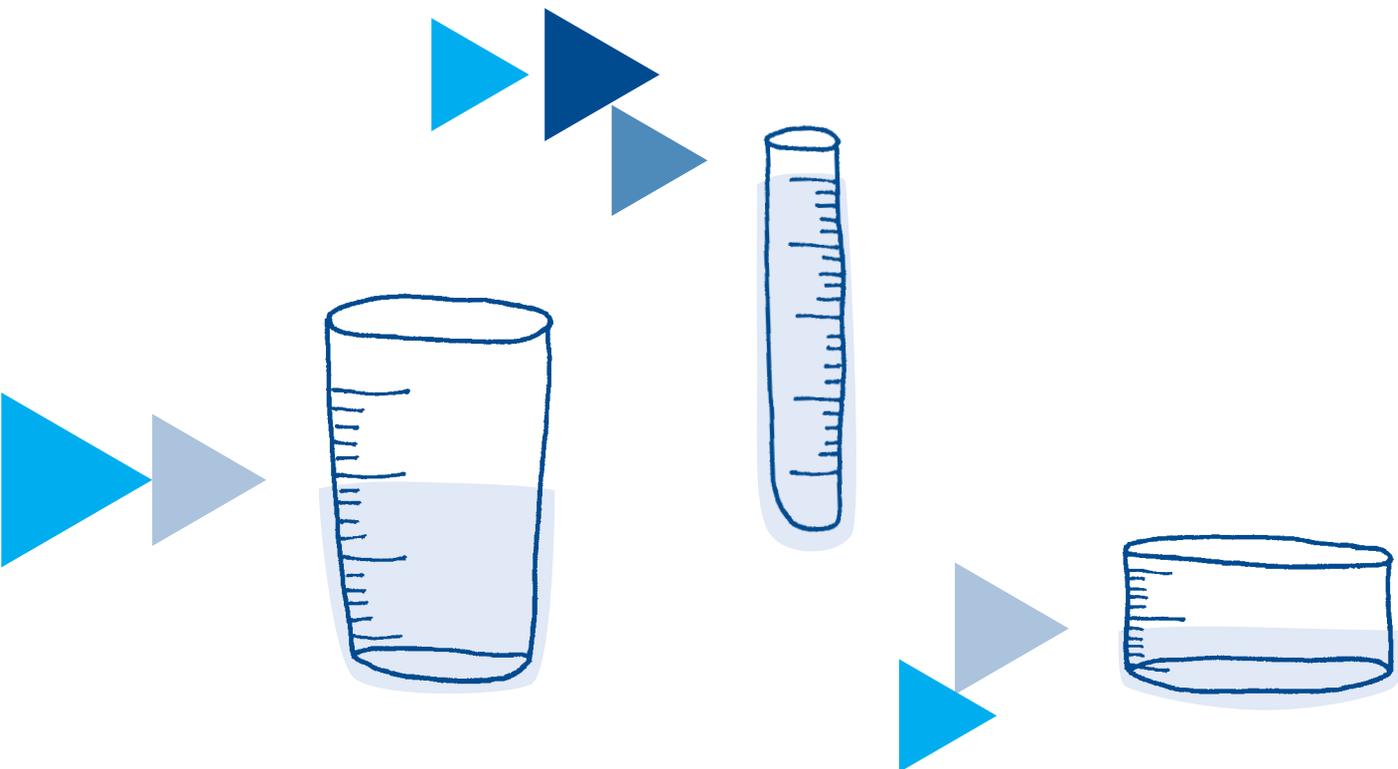
A avaliação da aprendizagem tem que levar à tomada de decisões sobre a continuidade e o aperfeiçoamento do processo de ensino. Para a equipe escolar,

em especial, a avaliação implica em um contínuo processo de reflexão sobre a prática cotidiana:

- Qual situação estamos vivendo?
- Quais alunos estão enfrentando dificuldades para aprender? Quais são essas dificuldades? Em quais campos do conhecimento elas se manifestam mais?
- Daquilo que planejamos e estamos executando, o que está dando certo?
- O que não está dando certo e exige replanejamento?
- O que podemos fazer para apoiar os alunos que apresentam dificuldades? E para estimular os avanços dos que estão caminhando bem?

Quando se avalia a aprendizagem dos alunos, o trabalho da escola também está sendo avaliado. Por isso não se avalia um aluno apenas para atribuir notas, mas, sobretudo, para observar seus avanços e planejar intervenções em função de suas necessidades de aprendizagem.





AVALIAR E MEDIR

As palavras avaliar e medir quase sempre foram entendidas como sinônimas no campo educacional. Contudo, ao final da década de 1960, especialmente nos Estados Unidos, ocorreram mudanças na compreensão desses conceitos em função do desenvolvimento de materiais curriculares e de projetos dirigidos a alunos em situações de desvantagem social. Tais mudanças alargaram o campo da avaliação, evidenciando novas formas de pensar sobre os problemas de escolarização de amplos contingentes populacionais. Além disso, trouxeram os conceitos de “avaliação curricular” e “avaliação programática” que buscaram superar obstáculos à aprendizagem partindo do suposto que estes obstáculos não estavam nos alunos, mas no modo ou no conteúdo da ação dos profissionais. (Nevo, 1998, p. 89).

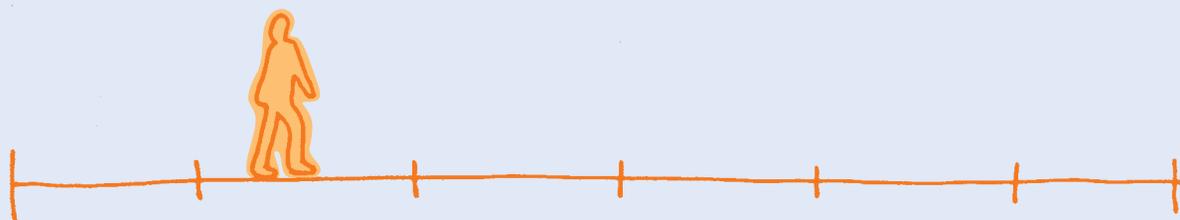
A partir daí, a ideia de avaliação passou a ser aprimorada de forma a estabelecer a distinção entre avaliação e medida. **“A medida indica o quanto se atingiu numa determinada escala e a avaliação é o julgamento desse resultado em função de critérios [...]”** (Alavarse, 2011, p. 3), o que deve, em muitas circunstâncias, levar à investigação das causas dos resultados estimados.

Para saber mais

ALAVARSE, Ocimar Munhoz. **Avaliações internas e externas na educação básica: características e possíveis articulações.** São Paulo, mimeo. 2011.

NEVO, David. **Avaliação por diálogos: uma contribuição possível para o aprimoramento escolar.** In: TIANA, Alejandro (Coord.). Anais do Seminário Internacional de Avaliação Educacional, 1 a 3 de dezembro de 1997. Tradução de John Stephen Morris. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), 1998. p. 89-97.

A avaliação da aprendizagem: diagnóstica, formativa, somativa



A avaliação **diagnóstica** ou **inicial** busca conhecer o que os alunos já sabem antes de o professor propor uma intervenção pedagógica ou iniciar um programa de ensino. Ela possibilita identificar conhecimentos prévios e planejar onde colocar ênfase nas intervenções, isto é, saber quando é preciso retomar algum conceito ou avançar na abordagem e aprofundamento de conteúdos, delimitar estratégias de ensino e definir materiais pedagógicos a serem utilizados. Pode ser feita por meio de testes, provas, atividades individuais ou em grupo, debates...

Por meio da avaliação diagnóstica é possível levantar as habilidades necessárias para o domínio de um novo tema, além de atitudes e hábitos com relação à aprendizagem. Ou seja, ela permite saber o que o aluno aprendeu em fases anteriores do ensino, assim como levantar suas aprendizagens e experiências pessoais fora da escola que influenciarão a organização das novas aprendizagens.

A avaliação **formativa** ou processual acompanha o desenrolar das ações do professor e das atividades dos alunos. Ela se desenvolve durante o processo de aprendizagem com o objetivo de acompanhar se o trabalho do professor está sendo produtivo e se os alunos estão aprendendo com as situações didáticas propostas. Seu princípio fundamental é associar a avaliação ao ensino e aprendizagem em seus aspectos cognitivos, afetivos e relacionais.

A avaliação formativa possibilita o acompanhamento dos avanços e dificuldades dos alunos e se dá mediante a intervenção do professor detectando os pontos frágeis e ajustando *pari passu* o ensino aos estudantes. Implica na observação sistemática e registrada, por parte do professor, das estratégias mentais que os alunos utilizam para chegar a determinado resultado ou resolver determinado problema. Aqui, os “erros” são especiais objetos de estudo do professor, pois revelam como o aluno está pensando, o raciocínio que está fazendo.

Nessa perspectiva a avaliação se situa no centro da ação de formação, levantando informações que contribuam para a regulação do processo de ensino e aprendizagem.

A avaliação formativa demanda mudanças na organização escolar, tanto na sala de aula como na escola. Requer:

- divisão de tarefas e colaboração entre os professores;
- continuidade nos procedimentos utilizados para a verificação da aprendizagem, que são previamente negociados e combinados pelo coletivo escolar;
- mudança de hábitos na organização do trabalho. Parte do tempo dedicado ao trabalho individual, e parte ao trabalho em equipe;
- utilização diversificada de instrumentos para a verificação da aprendizagem: portfólios com as produções cotidianas dos alunos (tais como exercícios feitos individual ou coletivamente, em classe ou em casa); provas; relatórios realizados pelos alunos e pelos professores; auto-avaliações feitas pelos alunos e pelas equipes docentes; registros com observações feitas pelo professor mediante critérios relacionados aos objetivos propostos em seu planejamento individual e ao projeto pedagógico da escola;
- momentos de sistematização de dados coletados sobre o aluno para decidir sobre as intervenções necessárias para a continuidade de sua escolaridade.

A avaliação **somativa** tem por objetivo analisar, ao final de um processo, se os objetivos propostos inicialmente foram atingidos e informar pais, alunos e a sociedade sobre o alcance de resultados. Ela reúne elementos que permitem determinar o grau de domínio do aluno ao final de uma unidade de aprendizagem, de uma etapa de escolarização ou de um curso. Nesse caso, a avaliação é também **certificativa**, pois atesta que a aprendizagem prevista ocorreu de fato, e **classificatória**, pois dispõe o aluno em determinada ordem dentro uma escala de notas, sem que isso signifique a exclusão ou o fracasso, mas como uma estratégia para melhorar o processo pedagógico no próximo ano a partir do patamar no qual cada aluno se encontra.

A avaliação **somativa** ou **certificativa** corresponde a uma espécie de "balanço final", a uma visão de conjunto de todo um processo planejado e desenvolvido. Ela implica em julgar o desempenho global de cada aluno e em sistematizar essas informações quando se faz a análise dos resultados obtidos em função dos objetivos previstos, o que permite à escola replanejar sua atuação.

Esse tipo de avaliação é pertinente em uma sociedade seletiva como a nossa e na qual, cedo ou tarde, os alunos se confrontarão com a competição na busca por um emprego ou ao prestar o vestibular ou um concurso público.

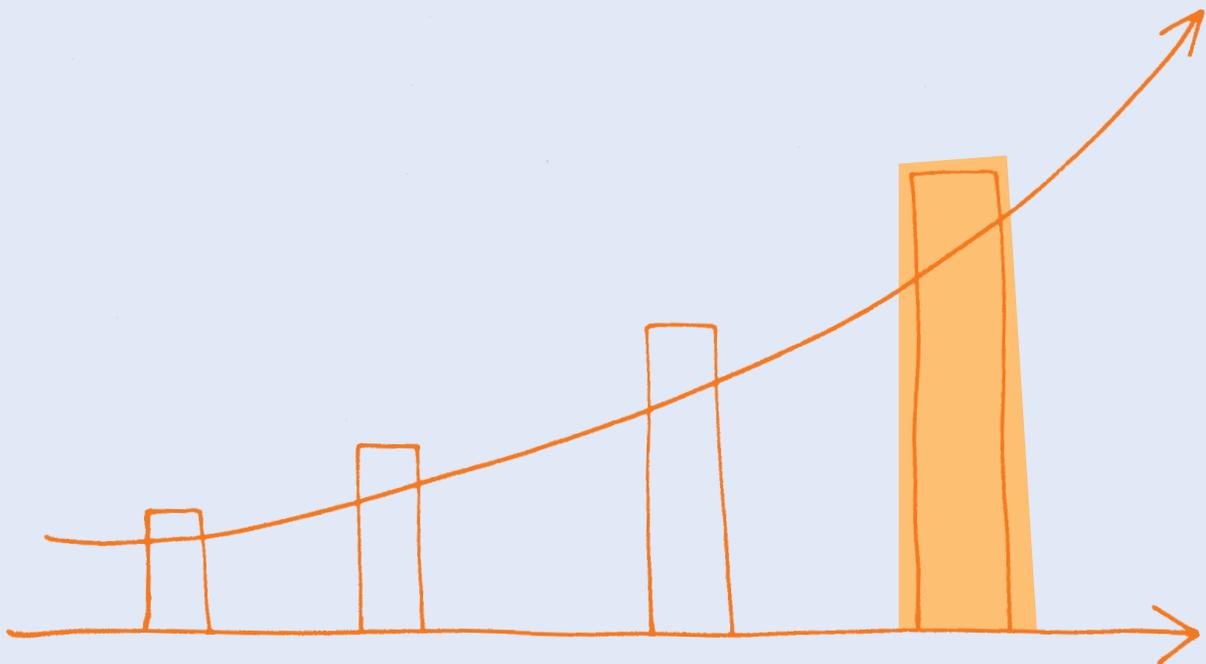
Para saber mais

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.

Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e criando a prática. Salvador: Malabares, 2005.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens - entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SOUSA, C. P. de (Org.). **Avaliação do rendimento escolar**. Campinas: Papirus, 1991.



Avaliação institucional: compromisso coletivo com a melhoria da escola

A avaliação institucional, cujo objeto é a escola como um todo ou pelo menos seu processo pedagógico, deve ser realizada internamente pelo coletivo da escola, envolvendo a participação dos diferentes atores presentes no seu cotidiano (funcionários, professores, comunidades, pais, alunos). Está diretamente relacionada ao repensar contínuo da escola para o aprimoramento da ação pedagógica por meio da negociação de soluções para os diferentes problemas vivenciados em seu âmbito.

A avaliação institucional tem o sentido do compromisso com o “bem comum” expresso nos objetivos e valores do projeto pedagógico da escola, a partir dos quais ela se conduz. Implica em participação coletiva e demonstra o compromisso da escola com o seu projeto e com as decisões sobre seus rumos. Está a serviço da melhoria contínua da escola para o progresso dos alunos durante a escolarização, o que inclui demandar do poder público as condições necessárias para o funcionamento da escola. Por isso exige um constante autoquestionamento:

A avaliação institucional exige um contínuo autoquestionamento

- Como está a nossa escola?
- Quais ações estão em andamento?
- Como estamos acompanhando essas ações?
- O que os resultados das avaliações externas estão nos indicando sobre o desempenho de nossa escola e de nossos alunos?
- O que a avaliação da aprendizagem (formativa) realizada pela escola está indicando sobre a aprendizagem de nossos alunos?
- Como estamos acompanhando os progressos e dificuldades de nossos alunos?
- Quais ações estamos organizando, considerando o coletivo da escola, para promover as aprendizagens de nosso alunos?



Por estar sob o controle da própria escola, a avaliação institucional é uma importante ferramenta para a gestão escolar e o planejamento. É um processo complexo que exige:

- **Uma equipe de liderança** para mediar e coordenar a participação coletiva na condução do processo. Essa liderança, quase sempre exercida pela equipe de gestão pedagógica da escola (diretor e coordenador pedagógico), pode contar com o apoio de pais e professores na organização de atividades, coordenação, registro e sistematização de reuniões. Essa equipe poderá fazer um planejamento inicial e compartilhá-lo com o coletivo para aprimoramento (nos modos de proceder, na seleção de assuntos a abordar), visando:

- esclarecer sobre a importância da participação de cada segmento (professores, pais, alunos, funcionários), pois cada um tem um olhar diferente e privilegiado sobre a escola, suas necessidades e possibilidades, o que favorece pensá-la e entendê-la como um todo;
- explicitar as etapas do processo e quais procedimentos serão utilizados;
- cuidar durante as reuniões para que todos participem (dar voz e vez para todos);
- socializar as sugestões dos diferentes grupos cuidando para que as decisões sejam coletivas.

- **Um olhar global** sobre a escola e procedimentos que ajudem a direcionar esse olhar e a sistematizar as informações necessárias para avaliar as diversas dimensões do funcionamento da escola:

- infraestrutura (condições de equipamentos, recursos materiais e humanos);
- gestão de recursos (públicos e gerados pela escola);
- condições de acesso e permanência dos alunos na escola (matrículas, índices de aprovação, reprovação, distorção idade-série);
- gestão e organização da escola (rotinas, ambiente educativo, organização de horários, respeito às regras coletivas, apoio ao envolvimento dos pais no acompanhamento da vida escolar dos filhos...);
- formação dos profissionais da escola (acesso a programas de formação continuada);
- planejamento;
- práticas pedagógicas em andamento;
- avaliação e acompanhamento do progresso dos alunos;
- intervenções pedagógicas durante o processo de ensino e aprendizagem;
- participação das famílias e comunidade nas decisões da escola.

A avaliação institucional ajuda a diagnosticar necessidades, a definir metas, a priorizar intervenções

A avaliação institucional é peça fundamental para o planejamento e a gestão escolar. Ela ajuda a diagnosticar necessidades, a definir metas, a priorizar intervenções, e reúne informações que possibilitam contextualizar os resultados das avaliações externas expandindo a compreensão sobre os mesmos.

Relacionar as informações sistematizadas pela avaliação institucional com as avaliações externas e a avaliação da aprendizagem (formativa) pode iluminar a compreensão sobre os desafios vivenciados pela escola concretamente ajudando a decidir sobre quais intervenções são as mais adequadas.

Para saber mais

AÇÃO EDUCATIVA, Unicef, Pnud, INEP, Seb / MEC (Coord.). **Indicadores da qualidade na educação**. 3ª edição ampliada. São Paulo: Ação Educativa, 2008.

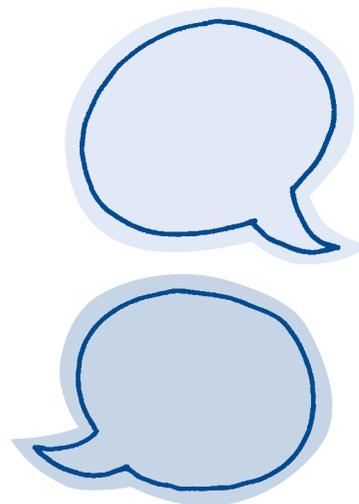
BRNDALISE, M.A.T.; MARTINS, C.B. Programa de avaliação institucional da educação básica do Paraná: da produção à implementação da política na escola. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, v. 22, n. 50, p. 435-456, set/dez.2011.

FREITAS, L.C. et al. **Avaliação educacional: caminhando pela contramão**. Petrópolis: Vozes, 2009 (Coleção Fronteiras Educacionais).

Entrevista: Resultados da avaliação externa repercutem nas escolas

Desde 2004 o Estado do Espírito Santo realiza o Paebes (Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo), que avalia alunos das séries finais do Ensino Fundamental I e II (5º e 9º anos) e do 1º ano do Ensino Médio.

Aline Cota D'Ávila, coordenadora de avaliação da Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo, e Elizeu Grifo Rezende, que é especialista da área pedagógica e trabalha na Superintendência Regional de Ensino de Cachoeiro de Itapemirim, no Espírito Santo, nos falam sobre a repercussão do Paebes junto às escolas.



QUAIS AS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DO PAEBES PARA A QUALIDADE DO ENSINO NO ESPÍRITO SANTO?

ALINE: Os resultados do Paebes vêm oferecendo importantes informações e parâmetros para a elaboração de políticas públicas aos gestores da educação, um diagnóstico das habilidades desenvolvidas pelos estudantes, além de proporcionar conhecimentos sobre a realidade em que a escola está inserida e que interferem na aprendizagem. Com isso, podemos planejar intervenções pedagógicas focalizadas nas reais necessidades das escolas e dos estudantes, o que o torna um instrumento de extrema importância na prática pedagógica. É uma forma de identificar estágios de aprendizagem, de detectar a distância ou a proximidade entre o que o ensino é e o que deveria ser.

QUAIS OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO?

ALINE: Do ponto de vista técnico ou do desenho do programa, penso que o maior desafio é garantir que os resultados se aproximem cada vez mais do cotidiano da escola, o que exige esforços operacionais, técnicos, científicos e financeiros superiores aos programas que não focam esse objetivo.

QUAL A DIFERENÇA ENTRE O PAEBES E O SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO (SAEB / PROVA BRASIL)?

ALINE: O sistema nacional de avaliação é bianual e não

é censitário para todas as séries, faltam interpretações pedagógicas dos resultados e, portanto, apresenta algumas limitações para utilização na definição de ações de curto prazo. Assim, o Paebes como sistema estadual atende às necessidades específicas da nossa rede e permite o desenho de políticas públicas mais bem direcionadas às nossas demandas.

DE QUE MANEIRA AS INFORMAÇÕES DO PAEBES SÃO DISSEMINADAS?

ALINE: Os resultados são divulgados por meio de reuniões descentralizadas com a participação de diretores de escola, professores e técnicos das superintendências de ensino. Também estão disponíveis no Portal do Paebes e são enviados boletins impressos de resultados para as escolas. Além disso, produzimos vários relatórios para interpretação pedagógica dos resultados. Outra forma de disseminação que considero importante é o envolvimento dos professores na elaboração de itens das provas. Os professores elaboradores participam de oficinas específicas que, além de capacitá-los para elaborar itens, oferecem uma oportunidade de maior proximidade dos conceitos das avaliações de larga escala, favorecendo o amadurecimento da cultura de avaliação na rede. Desenvolvemos, ainda, ações de capacitação dos profissionais das superintendências, que assessor-

ram pedagogicamente as escolas, na leitura e interpretação dos resultados. Temos também o projeto Paebes no dia a dia da Escola, que busca oferecer aos técnicos que assessoram as escolas e aos gestores das unidades de ensino competência na leitura e interpretação dos resultados, para a incorporação desse conhecimento às atividades cotidianas desses profissionais, de tal forma que toda assessoria seja feita com foco nos resultados dos alunos e na melhoria da qualidade do ensino.

JÁ É POSSÍVEL OBSERVAR IMPACTOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS NA ESCOLA (COMUNIDADE ESCOLAR, DIRETORES, PROFESSORES E ALUNOS)?

ALINE: Temos informações sobre o impacto entre os técnicos pedagógicos das superintendências e os diretores e pedagogos das escolas, que têm demonstrado grande aceitação e compreensão de que o projeto Paebes no dia a dia da Escola veio preencher uma lacuna de conhecimento dos profissionais em relação aos objetivos, instrumentos e usos dos resultados das avaliações do sistema estadual de ensino.

Podemos planejar intervenções pedagógicas focalizadas nas reais necessidades das escolas e dos estudantes, (...). É uma forma de identificar estágios de aprendizagem, de detectar a distância ou a proximidade entre o que o ensino é e o que deveria ser.

COMO OS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS VÊM REPERCUTINDO NAS ESCOLAS?

ELIZEU: Apesar de os profissionais das escolas ainda terem muitas dúvidas, as avaliações externas vêm indicando a necessidade de organizar de um jeito diferente a escola. Por exemplo: uma gestão que articule mais as dimensões pedagógica e administrativa; a resignificação da atividade do pedagogo (ou coordenador pedagógico) como articulador de ações para promover mudanças

na prática pedagógica; a necessidade de o professor se apropriar da concepção e proposta curricular, assim como da escola em rever sua proposta pedagógica, direcionando as ações para os processos de ensino e aprendizagem de modo mais direto.

DE QUE FORMA A AVALIAÇÃO EXTERNA PODE DIALOGAR COM AS AVALIAÇÕES REALIZADAS PELA ESCOLA?

ELIZEU: Quando os professores começam a refletir sobre o quanto o aproveitamento dos alunos no Paebes está próximo ou distante dos padrões esperados, passam a se preocupar mais em intervir para melhorar a aprendizagem dos alunos. Entendendo o que propõe o Paebes e o que ele revela, percebem que a prática pedagógica precisa mudar. Nesse sentido a avaliação da aprendizagem tem um papel importante, uma vez que ela reúne informações coletadas cotidianamente pelo professor sobre os alunos, que é o que permite intervir durante o processo.

COMO AS SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO (SRE) PODEM CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS?

ELIZEU: No nosso caso, a primeira iniciativa que fizemos foi nos apropriarmos dos elementos da avaliação que o Paebes propõe. Isso nos levou à necessidade de identificar o perfil do pedagogo, diretor e professor e trabalhar com esses profissionais no sentido de promover avanços no rendimento dos alunos. O trabalho da SRE tem sido apoiar as escolas e orientar o estudo e entendimento de que a avaliação não está circunscrita a uma situação final, mas processual, em que os dados e as informações agora disponíveis contribuem plenamente para uma intervenção objetiva e responsável no processo de ensino e aprendizagem.

PARA VOCÊ, QUAIS OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA O PROFESSOR/COORDENADOR EM RELAÇÃO ÀS AVALIAÇÕES EXTERNAS?

ELIZEU: Para mim, o primeiro desafio é entender que todo esse trabalho é uma produção científica e que todo questionamento deve ser feito nesse mesmo contexto. Segundo, o professor precisa se apropriar de toda a dimensão da avaliação externa e de ela que propõe para questionar o contexto de sua própria prática. Digo isso porque há um forte argumento dos professores em justificar a ineficiência por meio de razões e causas que estariam muito além do que a escola pode resolver.

Para saber mais sobre o Paebes:

<http://www.educacao.es.gov.br>

Leitura e interpretação de resultados da avaliação externa



A leitura e a interpretação dos resultados das avaliações externas, com as comparações ao longo do tempo (longitudinais) e entre escolas e séries (transversais), no âmbito das escolas e das secretarias de educação, demandam esforços e favorecem momentos de trabalho em equipe. Isso significa efetuar uma interpretação pedagógica dos resultados, evitando simplificações como, por exemplo, comparar “números”. O primeiro passo é entender os dados, identificar a distribuição percentual dos alunos nas escalas de proficiência e verificar se atingiram o que era esperado; observar a porcentagem daqueles que não atingiram o esperado e refletir sobre o que poderia ter acontecido com aquela geração de alunos que fizeram a prova ao longo do ciclo avaliado.

A partir dessa leitura é possível verificar o que está sendo realizado e levantar hipóteses sobre os fra-

res de ensino etc.). No âmbito escolar, esta é uma tarefa coletiva, que diz respeito a **todos os docentes de todas as áreas do conhecimento**, não apenas aos professores de Matemática e Língua Portuguesa, pois na verdade as áreas aferidas nos testes são importantes para todos os professores, ainda que indiretamente para alguns deles. Sem esquecer que essa tarefa pode se estender à comunidade escolar como um todo, pais e alunos, que têm o direito de entender os resultados das avaliações.

Isso porque, por princípio, todos os professores, de todas as áreas e de todos os anos (do 1º ao 9º anos do Ensino Fundamental e ao 3º ano do Ensino Médio) estão comprometidos com a aprendizagem dos alunos da escola. Além disso, é sempre importante lembrar que **as habilidades de leitura, assim como de resolução de problemas**, verificadas nos testes padronizados, também **são desenvolvidas e consolidadas ao longo de todos os anos de escolarização**, a partir do momento em que os alunos são expostos a diversificadas situações de aprendizagem em todos os campos do conhecimento (História, Geografia, Ciências, Matemática, Línguas...). Então, **é preciso considerar a contribuição de todos no processo de leitura e interpretação dos resultados**, uma vez que os esforços que se desdobrarem dessa leitura também serão de todos.

A atividade coletiva de leitura e interpretação dos dados das avaliações proporciona muitas reflexões e questionamentos às equipes escolares. Além de garantir que todos os professores participem dessa tarefa, **é importante garantir, também, que com-**

Trata-se de observar o quanto a escola avançou em relação a si própria

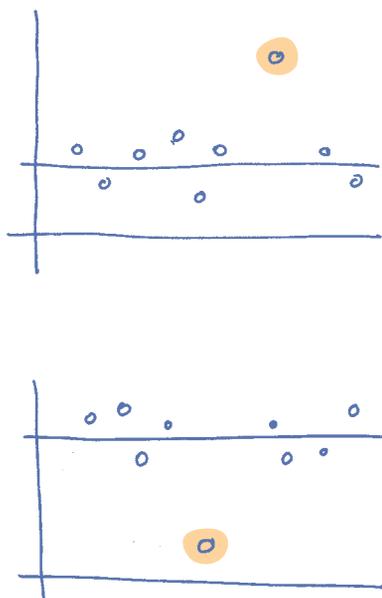
cassos e os sucessos. Trata-se de privilegiar o olhar da escola sobre si mesma, isto é, observar o quanto avançou em relação a si própria, para além das comparações com outras escolas.

No âmbito da secretaria de educação, a leitura dos dados é uma tarefa que diz respeito a todos aqueles cujas decisões repercutem no trabalho das escolas (do secretário de educação aos técnicos, superviso-

preendam os dados e proponham encaminhamentos a partir deles. Isso requer da equipe responsável por coordenar essa atividade alguns cuidados:

- acessar os boletins e os materiais disponibilizados nos sites: no caso da Prova Brasil, sites do MEC / Inep (www.inep.gov.br); no caso dos estados e municípios que tenham sistemas próprios de avaliação, os respectivos sites e documentos que informam sobre essas avaliações;
- estudar e analisar com antecedência esses materiais;
- preparar os materiais necessários para que todos possam ter acesso à leitura e participar das reflexões, construindo coletivamente um olhar sobre os resultados;
- levantar com o grupo: que outros aspectos / informações do contexto geral onde a escola atua podem ajudar a ampliar a compreensão sobre os resultados;
- organizar os momentos coletivos buscando proporcionar a troca de impressões, criando espaço para dúvidas e questionamentos;
- sistematizar as análises e conclusões do grupo;
- levantar com o grupo a proposição de encaminhamentos: o que fazer a partir do que a leitura nos indica? Como organizar as ações e intervenções propostas?

COMO AS PROVAS SÃO ELABORADAS E AVALIADAS?



As provas são elaboradas a partir de uma **matriz de referência** que contém uma seleção de **competências e habilidades** consideradas fundamentais nas diferentes áreas curriculares. No caso do Saeb e da Prova Brasil (assim como da maioria dos sistemas de avaliação em curso no país), as áreas eleitas são Língua Portuguesa e Matemática. A matriz de referência é organizada a partir de uma lista de **descritores**. Cada descritor identifica **uma** competência ou habilidade por vez.

Nas provas, um mesmo descritor é mensurado por itens com graus diferentes de dificuldade para localizar a **proficiência** dos estudantes em relação a determinadas competências e habilidades específicas. A avaliação é feita a partir da contagem estatística do **padrão de respostas** dos estudantes e não a partir de cada resposta correta isoladamente. Por exemplo:

- Se um estudante acertou a maior parte das questões do nível básico de proficiência e “por chute” acertou duas ou três questões do nível avançado, essas respostas (“**fora de seu padrão**”) não serão consideradas para classificá-lo no nível avançado.
- Por outro lado, se o estudante acertou a maior parte das questões do nível avançado de proficiência e, por desatenção ou equívoco pontual, errou algumas questões do nível básico ou abaixo do básico, essas respostas (“**fora de seu padrão**”) não serão consideradas para classificá-lo no nível abaixo do básico.

O QUE SÃO DESCRITORES?

O Saeb (2001, p. 12) define “descritores” como uma **associação entre conteúdos curriculares e operações mentais desenvolvidas pelos alunos, que se traduzem em certas competências e habilidades.**

O QUE SÃO ESCALAS DE PROFICIÊNCIA?

As escalas de proficiência permitem localizar o grau (ou nível) de desempenho dos estudantes nos testes padronizados.

As escalas elaboradas pelo Saeb estão organizadas em pontos que vão de 0 (ZERO) A 500 (QUINHENTOS), compreendendo o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Dependendo da etapa de escolaridade, espera-se que os estudantes atinjam graus diferentes (sempre crescentes) nessa mesma escala de proficiência.

Assim, por exemplo, um aluno que atinge 225 pontos ao final do 5º ano / 4ª série em Matemática possui proficiência

adequada. Mas se esse mesmo aluno estiver matriculado no 9º ano, esse grau de proficiência será considerado básico e se ele estiver matriculado no 3º ano do Ensino Médio, será considerado abaixo do básico.

Para saber mais

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **SAEB 2001: novas perspectivas.** Brasília, abril de 2002. Disponível em <<http://www.publicacoes.inep.gov.br>>. Acesso em: 13 ago.2012

Matrizes de referência e currículo escolar são a mesma coisa?

Embora mantenham estreita relação, as matrizes de referência e o currículo escolar possuem dimensões diferentes.

O currículo escolar é amplo e complexo, não se reduz a duas áreas do conhecimento, como Matemática e Língua Portuguesa. A partir dele, a ação pedagógica transcorre com a finalidade de estimular nos estudantes o desenvolvimento de diversas capacidades, por meio do contato com diferentes conteúdos e conhecimentos previamente selecionados.

As matrizes de referência, utilizadas para a elaboração das avaliações externas, não dão conta de toda a complexidade contida nos currículos escolares porque fazem um recorte deste, isto é, elegem para verificação algumas habilidades e competências. No caso de Língua Portuguesa, por exemplo, as habilidades de leitura.

Competências e habilidades podem ser entendidas como “saberes em ação”, isto é, a capacidade para agir apoiando-se em conhecimentos. Por exemplo: todos os dias enfrentamos e resolvemos diferentes tipos de situações, agimos sobre o mundo fazendo escolhas e tomando decisões. Nesse processo, colocamos em ação diversos recursos cognitivos, estabelecendo relações entre conceitos, fenômenos, situações, pessoas, objetos e modos de fazer, ou seja, mobilizamos e colocamos em prática diferentes tipos de conhecimentos e atitudes.

Os **conteúdos de ensino** contribuem para o desenvolvimento de competências e habilidades (são meios para

atingir certas finalidades). Por exemplo: o aluno capaz de expressar-se oralmente ou por meio da escrita desenvolveu essa competência ao ser exposto - em variadas situações de aprendizagem - à leitura e interpretação de diversos tipos de textos, a exercícios de escrita de diferentes gêneros textuais, a conteúdos e conhecimentos que propiciaram a ampliação de seu repertório, a situações de exposição oral de ideias e modos de proceder; enfim, ao ter contato com uma grande diversidade de conteúdos (conhecimentos e técnicas) que propiciassem o desenvolvimento dessas competências.

Nesse sentido, é importante destacar o papel das diversas áreas do conhecimento no desenvolvimento de habilidades e competências. Quanto maior for o contato dos estudantes com diversos tipos de conteúdos (conceitos, técnicas e modos de operar) de diversas áreas do conhecimento, maiores serão as chances de se desenvolverem e mesmo de se saírem bem nos testes padronizados.

Para saber mais

VALENTE, S. M. P. **Competências e habilidades: Pilares do paradigma avaliativo emergente.** Disponível em: <http://www.dee.ensino.eb.br/novo/wp-content/uploads/downloads/2011/09/COMPETENCIAS_E_HABILIDADES.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2012.

PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

Os resultados além das médias

A leitura dos resultados da avaliação externa proporciona esclarecimentos valiosos sobre a aprendizagem dos alunos, o que vai além de conhecer as médias de desempenho e compará-las com as de outras escolas e sistemas.

Se tomarmos, como exemplo, a Prova Brasil, o resultado alcançado pela escola nas proficiências avaliadas não revela o resultado individual dos alunos, por se tratar da média das proficiências do conjunto de alunos que realizaram a prova. Caso o resultado da escola seja considerado bom, observando-se apenas o resultado médio alcançado podemos estar sendo indiferentes aos resultados obtidos por alunos que apresentam maiores dificuldade para aprender, porque a média esconde as diferenças de desempenho.

Por isso, sem desprezar as importantes comparações que o resultado médio permite – entre município, estado e com os dados do Brasil –, não se pode deixar de consultar os boletins que normalmente são enviados para cada escola (e que também estão disponíveis no sitio do Inep), nos quais encontramos

a distribuição percentual dos alunos pela **escala de proficiência** da prova.

Ainda no tocante à Prova Brasil, é preciso sublinhar que os resultados referem-se a alunos que podem não estar mais na escola ou mesmo na rede. Mas isso,

Deve-se transformar os resultados da avaliação num ponto de apoio para entender, criticar e, eventualmente, alterar o processo pedagógico

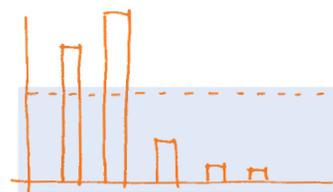
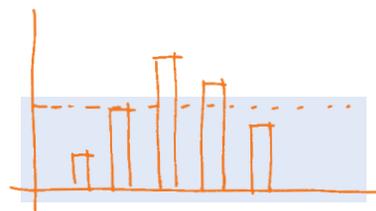
na dimensão de uma avaliação somativa, deve direcionar esforços para compreender o que teria sido feito com aquela geração de alunos e o que poderia ter produzido o resultado em questão. Esse movimento é o que transforma um resultado num ponto de apoio para entender, criticar e, eventualmente, alterar o processo pedagógico.

A PROFICIÊNCIA MÉDIA DE UMA ESCOLA REVELA O PADRÃO MÉDIO DE DESEMPENHO DE SEUS ALUNOS

A **média** é uma medida muito utilizada e serve para resumir, num único número, uma tendência, ou o que é típico num conjunto de dados. Ela se localiza onde a maior parte dos dados tende a se concentrar. Seu cálculo consiste em somar um conjunto de ocorrências e dividir o total pelo número de parcelas.

Sendo um resumo, a média nos fornece uma visão parcial e incompleta do conjunto de dados, podendo tanto esclarecer, quanto confundir ou distorcer o entendimento sobre esse conjunto.

A proficiência média de uma escola revela o padrão médio de desempenho de seus alunos. Mas não revela a variabilidade entre os alunos, podendo ocultar grandes desigualdades entre eles. Por isso, precisamos saber também qual o percentual de alunos em cada padrão de desempenho. No caso da Prova Brasil, por exemplo, é preciso considerar a distribuição percentual dos alunos nos diferentes níveis de proficiência. Analisar essa distribuição nos dá uma leitura mais precisa dos resultados da prova.



Análise do boletim da Prova Brasil

Observemos o Boletim da Prova Brasil de 2009 da escola pública municipal de Ensino Fundamental Vitória Régia (nome fictício):

O **quadro 1** apresenta o número de estudantes que participaram da Prova Brasil, nas escolas estaduais e municipais e na escola Vitória Régia.

1

O lado esquerdo, em rosa, apresenta o número de participantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

O lado direito, em azul, apresenta o número de participantes dos anos finais do Ensino Fundamental.

Nessa escola participaram da prova apenas alunos do EF 1, porque a escola não atende o EF 2.

Na Escola Vitória Régia, realizaram a prova **162 alunos** do EF 1.

Anos Iniciais - Ensino Fundamental		Quantos participaram	Anos Finais - Ensino Fundamental	
Estudantes participantes			Estudantes participantes	
704.597		Escolas estaduais do Brasil	1.224.856	
1.591.646		Escolas municipais do Brasil	643.511	
220.016		Escolas estaduais de seu estado	362.372	
371.649		Escolas municipais de seu estado	105.397	
-		Escolas estaduais de seu município	3.683	
3.700		Escolas municipais de seu município	75	
162		Sua escola	-	

Habilidades de leitura 5º ao 9º ano do EF no nível 4

Em Língua Portuguesa, além de demonstrar habilidades na leitura de fábulas e textos com linguagem gráfica pouco usual, narrativos complexos, poéticos, informativos longos ou com informação científica, o aluno consegue:

- identificar, dentre os elementos da narrativa que contém discurso direto, o narrador observador;
- selecionar, entre informações explícitas e implícitas, as correspondentes a um personagem;
- localizar informação em texto informativo, com estrutura e vocabulário complexos;
- inferir a informação que provoca efeito de humor no texto;
- interpretar texto verbal, cujo significado é construído

com o apoio de imagens, inferindo informação;

- identificar o significado de uma expressão em texto informativo;
- inferir o sentido de uma expressão metafórica e o efeito de sentido de uma onomatopeia;
- interpretar história em quadrinhos a partir de inferências sobre a fala do personagem, identificando o desfecho do conflito; e estabelecer relações entre as partes de um texto, identificando substituições pronominais que contribuem para a coesão do texto.

Para saber mais

http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/prova%20brasil_matriz2.pdf
<http://provabrasil.inep.gov.br/escalas-da-prova-brasil-e-saeb1>

O **quadro 2** permite comparações ao apresentar as médias de proficiência alcançadas pelos estudantes das escolas estaduais e municipais de todo o Brasil, do estado, do município e da escola Vitória Régia.

2

Anos Iniciais - Ensino Fundamental		Proficiências Médias	Anos Finais - Ensino Fundamental	
Língua Portuguesa	Matemática		Língua Portuguesa	Matemática
Brasil				
186,22	207,12	Escolas estaduais	239,74	242,87
181,38	201,39	Escolas municipais	236,30	239,19
179,58	199,52	Total	236,95	240,29
Seu Estado				
189,35	212,90	Escolas estaduais	240,27	242,75
191,56	214,97	Escolas municipais	242,86	246,26
190,73	214,19	Total	240,83	243,51
Seu Município				
-	-	Escolas estaduais	246,79	251,80
198,56	225,39	Escolas municipais	242,36	247,10
198,56	225,39	Total	246,70	251,70
224,01	269,44	Sua escola	-	-



Médias de proficiência em Português e Matemática nos anos iniciais da Escola Vitória Régia

★ Se comparada às médias de Brasil, estado e município, a proficiência média da escola Vitória Régia está acima tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática. No entanto, como essa é uma informação parcial, que pode esconder eventuais desigualdades de rendimento entre os alunos, para entender qual o real resultado da escola precisamos saber também qual o percentual de alunos em cada padrão de desempenho.

No boletim da Prova Brasil essa informação se encontra nas tabelas de **distribuição percentual dos alunos nas escalas de proficiência** em Português e Matemática (**quadros 3 e 4**).

As escalas de proficiência da Prova Brasil especificam as habilidades que o aluno deve ter ao chegar no 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e também no

3º ano do Ensino Médio. No 5º ano é esperado que a partir de 325 pontos em Língua Portuguesa os percentuais sejam muito baixos, mas, à medida que a escolaridade avança (para o 9º ano do EF e 3º ano do EM) espera-se que os estudantes se aproximem dessa pontuação na mesma escala.

3

A tabela de distribuição percentual dos alunos na escala de proficiência indica que a média alcançada pela escola Vitória Régia (224,01 pontos) está concentrada no nível 4, entre 200 e 225 pontos. Neste caso, 20,4% dos alunos alcançaram este nível.

Como avaliar se este é um bom resultado?

- * Um resultado pode ser considerado bom em Língua Portuguesa quando 70% dos alunos alcançaram pontuação superior a:
 - 200 pontos no 5º. ano do EF;
 - 275 pontos no 9º ano do EF;
 - 300 pontos no 3º. ano do EM;
- (Fonte: Movimento Todos pela Educação)

Distribuição percentual dos alunos na escala de proficiência

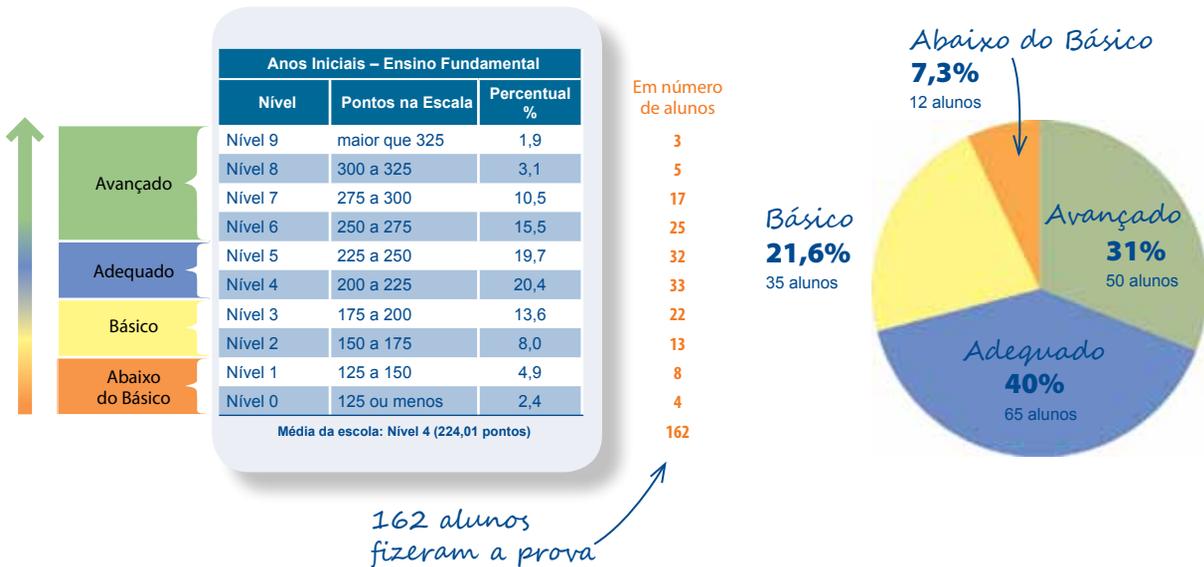
Língua Portuguesa

Anos Iniciais – Ensino Fundamental			Anos Finais – Ensino Fundamental		
Nível	Pontos na Escala	Percentual %	Nível	Pontos na Escala	Percentual %
Nível 9	maior que 325	1,9	Nível 9	maior que 325	-
Nível 8	300 a 325	3,1	Nível 8	300 a 325	-
Nível 7	275 a 300	10,5	Nível 7	275 a 300	-
Nível 6	250 a 275	15,5	Nível 6	250 a 275	-
Nível 5	225 a 250	19,7	Nível 5	225 a 250	-
Nível 4	200 a 225	20,4	Nível 4	200 a 225	-
Nível 3	175 a 200	13,6	Nível 3	175 a 200	-
Nível 2	150 a 175	8,0	Nível 2	150 a 175	-
Nível 1	125 a 150	4,9	Nível 1	125 a 150	-
Nível 0	125 ou menos	2,4	Nível 0	125 ou menos	-

Média da escola: Nível 4 (224,01 pontos) Média da escola:

Em todos os níveis localizam-se diferentes percentuais indicando as diferenças de rendimento entre os participantes da prova.

Escala de proficiência em Língua Portuguesa: 5º Ano do EF



Estabelecendo pontos de corte, isto é agrupando os níveis de proficiência na escala em: **abaixo do básico; básico; adequado** e **avançado**, conforme o exemplo, os critérios para observar se os resultados foram bons ou ruins ficam mais claros.

Levando em conta que 162 alunos fizeram a prova, observa-se que:

- 29% (em torno de 47 alunos) ficaram abaixo da média da escola (entre os níveis 0 a 3, **abaixo do básico** e **básico**). Ou seja, não alcançaram as aprendizagens esperadas em leitura ao término do EF 1.
- 71% dos alunos encontram-se acima do nível 4. Desses, cerca de 40% estão localizados nos níveis 4 e 5 (**Adequado**) e 31% estão acima do nível 6 (**Avançado**), conforme mostra a tabela do boletim.

Ao analisar os resultados da Prova Brasil observando as diferenças de desempenho dos alunos expressas na distribuição percentual, a conclusão é a de que a maior parte dos alunos (71% acima do nível 4 - **adequado**) alcançou as aprendizagens esperadas ao longo dos anos iniciais do EF1 na escola Vitória Régia, o que é considerado um bom resultado.

No entanto, chama atenção o fato de 29% (quase 1/3) dos alunos não terem alcançado essas aprendi-

zagens. Desses, 21,6% (35 alunos) atingiram apenas o nível básico, outros 7,3% (por volta de 12 alunos) ficaram abaixo do básico. **Isso significa que, de cada 10 alunos, três encontram-se com proficiência inferior àquela que seria recomendada para a 4ª série/ 5º ano do Ensino Fundamental.** Aqui cabe perguntar aos profissionais dessa escola:

- Quais dificuldades enfrentaram esses alunos ao longo dos cinco anos de duração do EF1?
- Que acompanhamento esses alunos receberam para superar suas dificuldades antes do término do EF1?

Vale ainda observar que os alunos localizados nas extremidades da escala, ou seja, os 7,3% que ficaram abaixo do básico (níveis 0 e 1) e os 5% que ficaram no avançado (níveis 8 e 9) necessitam de atenção especial. Os que ficaram abaixo do básico precisam receber apoio e estímulos extras para enfrentar suas dificuldades e avançar. Por outro lado, os que se encontram nos níveis mais avançados merecem ser provocados com desafios em graus crescentes de dificuldade para não estacionarem e continuarem estimulados a aprender e atingir graus de excelência.

Vejamos a distribuição dos alunos da escola Vitória Régia na escala de proficiência em **Matemática**.

A prova de Matemática avalia habilidades em resolução de problemas, considerando que o aluno do 5º

ano seleccione a operação adequada e realize cálculos matemáticos básicos (adição, subtração, divisão e multiplicação).

4

Distribuição percentual dos alunos na escala de proficiência

Matemática

Anos Iniciais – Ensino Fundamental			Anos Finais – Ensino Fundamental		
Nível	Pontos na Escala	Percentual %	Nível	Pontos na Escala	Percentual %
Nível 12	maior que 400	0	Nível 12	maior que 400	-
Nível 11	375 a 400	0	Nível 11	375 a 400	-
Nível 10	350 a 375	0,7	Nível 10	350 a 375	-
Nível 9	325 a 350	6,8	Nível 9	325 a 350	-
Nível 8	300 a 325	22,3	Nível 8	300 a 325	-
Nível 7	275 a 300	23,5	Nível 7	275 a 300	-
Nível 6	250 a 275	19,2	Nível 6	250 a 275	-
Nível 5	225 a 250	11,7	Nível 5	225 a 250	-
Nível 4	200 a 225	6,1	Nível 4	200 a 225	-
Nível 3	175 a 200	4,3	Nível 3	175 a 200	-
Nível 2	150 a 175	3,0	Nível 2	150 a 175	-
Nível 1	125 a 150	0,6	Nível 1	125 a 150	-
Nível 0	125 ou menos	1,8	Nível 0	125 ou menos	-

Média da escola: Nível 6 (269,44 pontos)

Média da escola:

Nessa escola **84,2%** dos alunos estão localizados entre os níveis 5 a 10 (Adequado e Avançado), o que é um bom resultado em Matemática.

* Um resultado pode ser considerado bom em Matemática quando 70% dos alunos alcançaram pontuação superior a:

- 225 pontos no 5º ano do EF;
- 300 pontos no 9º ano do EF;
- 350 pontos no 3º ano do EM;

(Fonte: Movimento Todos pela Educação)

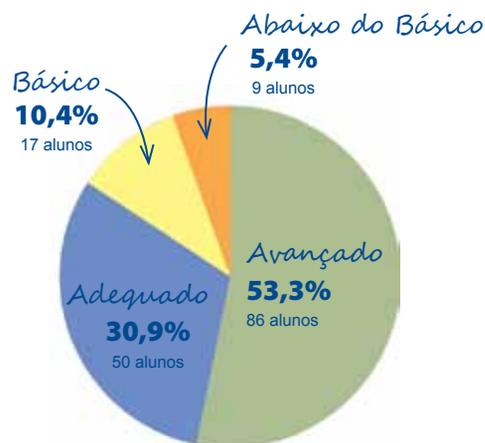
O boletim aponta que em Matemática a média da escola Vitória Régia é **269,44** (nível 6 – Adequado)

Escala de proficiência em Matemática: 5º ano do EF



Em número de alunos

0
0
1
11
36
38
31
19
10
7
5
1
3
162



Como podemos observar, o resultado da escola em Matemática é muito bom, sobretudo se considerarmos que 84,2% dos alunos se encontram acima do nível 5, dos quais 53,3% estão localizados nos níveis avançados (acima do nível 7 na escala de proficiência).

Contudo, mesmo considerando o bom resultado geral da escola, não se pode deixar de atentar aos 15,8% (aproximadamente 25 alunos) que ficaram entre **abaixo do básico** e **básico**, ou seja, que não alcançaram as aprendizagens esperadas ao final do EF1.

Chamamos novamente a atenção para o fato de que, mesmo nas escolas em que os alunos em seu conjunto, apresentam níveis altos de proficiência - como é o caso da escola de nosso exemplo -, existem grupos de alunos que necessitam de atenção especial para ter garantido o seu direito de aprender. Assim, é importante investigar ao longo dos ciclos:

- Quais alunos enfrentam maior dificuldade para aprender?
- Quais as prováveis causas dessa dificuldade?

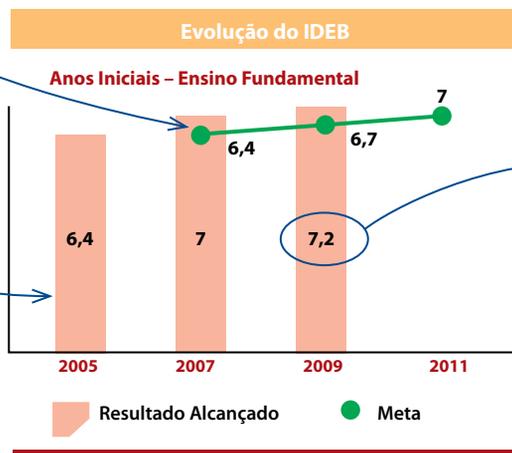
A avaliação externa propõe medir a aprendizagem que os alunos alcançaram ao final dos ciclos, mas ao longo de cada ciclo as escolas dispõem de mecanismos próprios (como a avaliação formativa que se dá durante o processo pedagógico) para verificar quais alunos precisam de apoio e intervir no sentido de estimular as aprendizagens esperadas.

Continuando a leitura do boletim da Prova Brasil, o gráfico de barras (**quadro 5**), apresenta a **evolução do Ideb** da escola Vitória Régia nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

5

A linha verde indica a meta prevista para a escola

A barra rosa indica o Ideb alcançado pela escola.



Em 2009 a escola já havia superado a meta prevista para 2011.

O quadro 6, **Indicadores educacionais da rede pública**, contextualiza um pouco mais os resultados da escola ao comparar sua taxa de aprovação, média de horas-aula diária, docentes com curso superior e Ideb, com a totalidade de escolas municipais da rede à qual pertence, do estado que abarca seu município e do Brasil.

6

Indicadores educacionais da rede pública

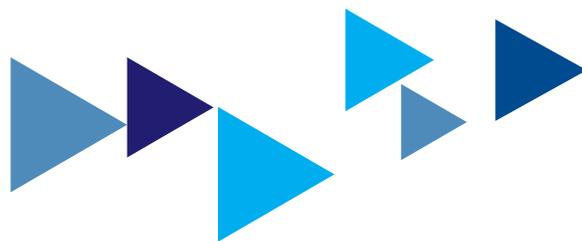
Anos Iniciais – Ensino Fundamental					Anos Finais – Ensino Fundamental			
Brasil	UF	Município	Escola		Brasil	UF	Município	Escola
87,3	95,5	99,4	100,0	Taxas de Aprovação* (%)	79,7	90,9	94,7	-
4,4	5,0	5,0	5,0	Média horas-aula diária*	4,5	5,2	5,4	-
62,9	83,1	86,1	85,7	Docentes com curso superior*	79,6	98,5	98,2	-
4,4	5,3	5,8	7,2	Ideb	3,7	4,3	4,7	-

* fonte: Censo escolar 2009

As colunas apresentam os dados em porcentagem referentes ao Brasil, Estado (UF / Unidade da Federação), ao município de cuja rede a escola faz parte e dados sobre a escola. Por sua vez, as linhas à direita apontam os indicadores.

Observe que a taxa de aprovação da escola em 2009, no 5º ano, foi de 100%, superior à taxa de seu município e estado, o que sem dúvida impactou positivamente o resultado do seu Ideb.

* O fluxo é um dado muito importante para o acompanhamento dos resultados de rendimento escolar. As taxas de aprovação também expressam a qualidade do trabalho realizado pela escola. Neste sentido, é preciso salientar que não se trata da correção artificial do fluxo ("promoção automática" que pode impactar positivamente no resultado do Ideb), mas do compromisso da escola com a promoção real dos seus alunos, garantindo-lhes o direito de acesso e permanência com aprendizagem na escolarização.



Acompanhando resultados ao longo do tempo



Para acompanhar os resultados da escola e ampliar a compreensão sobre o Ideb, evitando-se tomar o índice como única informação sobre o desempenho da escola, é importante associar a leitura dos percentuais alcançados nas escalas de proficiência em Português e Matemática com as taxas de aprovação. Esses indicadores, além de compor os cálculos do Ideb, apontam tendências que merecem um acompanhamento longitudinal (ou série histórica), pois permitem que a escola compare seu próprio rendimento de uma edição para outra na avaliação externa e verifique seus avanços.

Para fazer esse acompanhamento as equipes gestoras, das secretarias de educação ou escolares, podem verificar os Boletins de suas escolas fazendo análises comparativas entre 2005, 2007, 2009 e 2011. Essas análises permitem observar se a escola vem avançando, se regrediu em alguma etapa, ou se estacionou. Qualquer

que seja o caso é importante colocar em perspectiva a própria história vivida pela escola ao longo desses anos e com olhar avaliativo:

- Quais desafios a escola enfrentou nesse período?
- Quais esforços realizou?
- Quais procedimentos criou para superar os desafios?
- Quais avanços conquistou?
- O que vem dando certo, o que ainda precisa ser feito?
- O que podemos fazer, como grupo escola, para que nosso trabalho se torne mais eficiente e eficaz?
- O que depende de outras esferas do governo e podemos reivindicar?

Para acompanhar sua escola acesse:

www.inep.gov.br

www.qedu.org.br

Contextualizar os resultados das avaliações para ampliar a compreensão

Os gráficos e tabelas do Boletim da Prova Brasil trazem inúmeras informações, mas não dizem tudo sobre os resultados obtidos pela escola. Caso uma escola se destaque (positiva ou negativamente) em relação às demais, é importante investigar as razões do seu sucesso ou insucesso.

Sabemos que o desempenho dos alunos é fortemente impactado por suas condições socioeconômicas. O que não isenta escolas e secretarias de educação do compromisso de investir na aprendizagem dos alunos, ao contrário, pois as populações menos assistidas são as que mais necessitam da escola. Há inúmeras situações em que são exigidos das escolas mais esforços (recursos e estratégias) para que ninguém fique para trás. Por outro lado, é importante considerar que existem diversos fatores em interação influenciando os resultados das avaliações, para além dos socioeconômicos e daqueles presentes no contexto educacional.

Por isso, é necessário investigar mais a fundo, levantar hipóteses sobre os resultados e relacionar suas causas com outros aspectos além do cognitivo, identificando também as condições em que a escola atua:

- Quais são as características do município e da região onde a escola está instalada?
- Quais são as condições de infraestrutura com as quais a escola conta?
- Qual o perfil socioeconômico dos estudantes?
- Quais são as características de gestão e de organização da escola?

A avaliação é um processo e não uma atividade isolada. Como tal, requer estudo detalhado e análise, discussão com os grupos envolvidos, busca de informações adicionais às obtidas pelas provas, esforço contínuo de compreensão em relação aos dados apresentados, comparações e conclusões. Enquanto processo, envolve diálogo constante (interno e externo) entre a secretaria de educação e as escolas; entre a escola e a sala de aula.

Buscar elementos para ampliar a compreensão sobre os resultados das avaliações (dentro e fora dos limites da escola) implica em perceber que o que está fora da escola adentra seus muros, assim como o que está dentro extrapola esses muros. A relação é de interdependência. A análise associada entre os resultados das avaliações e esses diversos fatores possibilita a promoção de intervenções pedagógicas contextualizadas, isto é, que considerem aspectos relativos ao meio, à própria escola e aos educadores; aos alunos avaliados e suas famílias; a adequação das estruturas organizacionais, tendo em vista a aprendizagem dos alunos.

Diversos fatores em interação influenciam os resultados das avaliações, para além dos fatores socioeconômicos e educacionais

Ler e interpretar os resultados
Fazer estudo detalhado dos resultados (boletins / tabelas / gráficos)

Diagnosticar as causas dos resultados
Buscar evidências e identificar os aspectos que interagem na produção dos resultados

Intervir
Propor ações adequadas para cada situação (ou escola com suas características e demandas específicas)

Que aspectos observar para melhor compreender os resultados das avaliações e planejar ações?

O Saeb, assim como diversos Sistemas Estaduais de Avaliação coletam dados para mensurar o impacto dos fatores extraescolares e também dos fatores intraescolares no desempenho das escolas (por meio de questionários socioeconômicos, por exemplo).

Fatores extraescolares:

- características do território onde a escola está localizada (condições de infraestrutura; lazer e cultura; acesso a transportes e equipamentos públicos como escolas e hospitais; outros serviços e políticas, atendimento à demanda escolar);
- perfil socioeconômico da população atendida pela escola;
- capital social, cultural, grau de escolaridades das famílias dos alunos;
- acesso e participação dos estudantes a práticas sociais de letramento;
- expectativa dos estudantes em relação à continuidade de seus estudos.

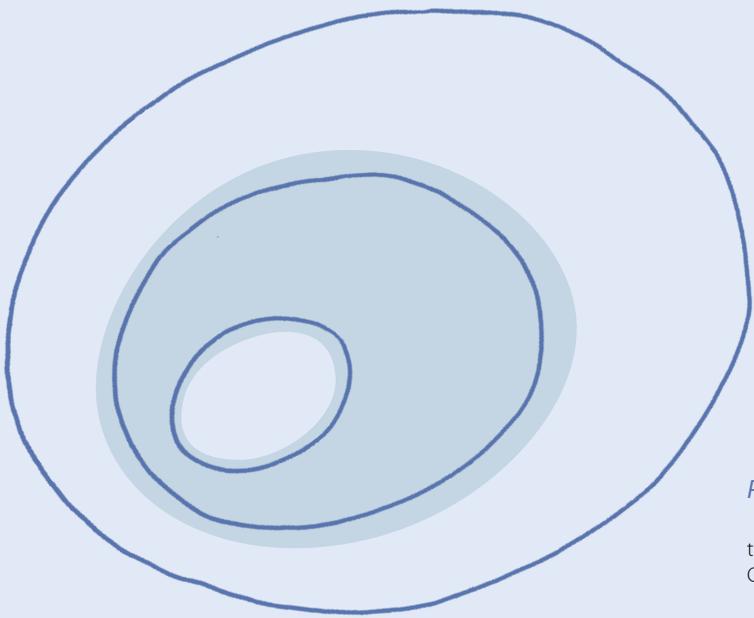
Fatores intraescolares:

No plano do sistema

- garantia de acesso a matrículas no Ensino Básico;
- oferta de condições objetivas de funcionamento para as escolas (infraestrutura de recursos humanos, de materiais e equipamentos, de tempo para o planejamento e acompanhamento do trabalho pedagógico);
- valorização profissional dos docentes (formação e profissionalização; planos de carreira e salários);
- oferta de apoio técnico às escolas (formação dos profissionais que atuam nas escolas; orientações às escolas no desenvolvimento das intervenções pedagógicas; acompanhamento; interlocução entre técnicos das secretarias de educação e profissionais das escolas).

No plano da escola

- gestão da escola (formas de organização, controle e acompanhamento do trabalho escolar);
- projeto pedagógico (organização do trabalho pedagógico – planejamento e acompanhamento; interlocução e compromisso com a comunidade; compromisso com a permanência do aluno e sucesso na escola);
- produção de intervenções pedagógicas contextualizadas, isto é, que levem em conta o contexto social dos alunos e suas necessidades de aprendizagem, identificadas a partir de diagnósticos e acompanhamento aos estudantes.



Para saber mais

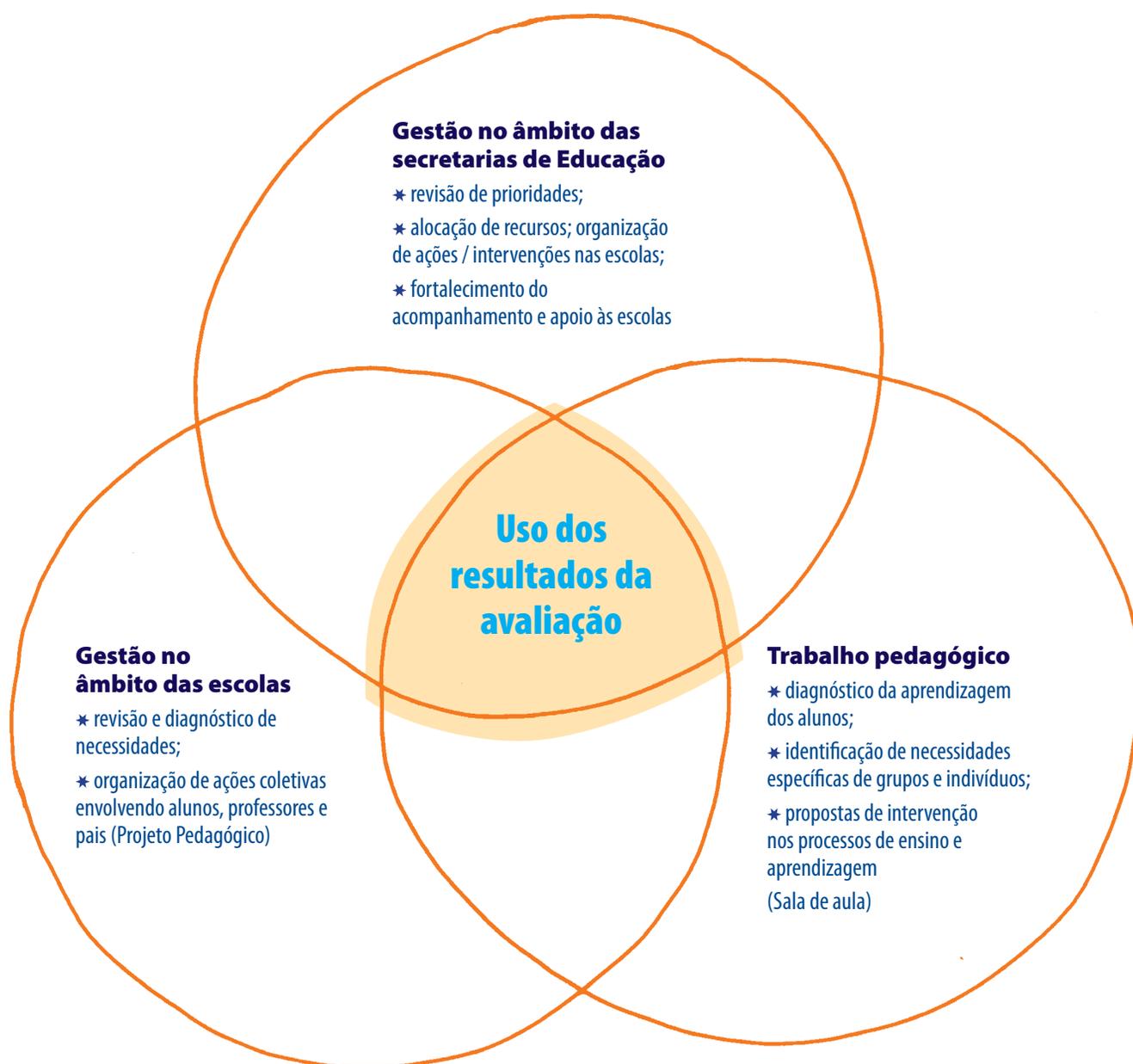
BROOKE, N.; SOARES, J.F. Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetória. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, v. 22, n. 50, p. 593-598, set/ dez 2011.

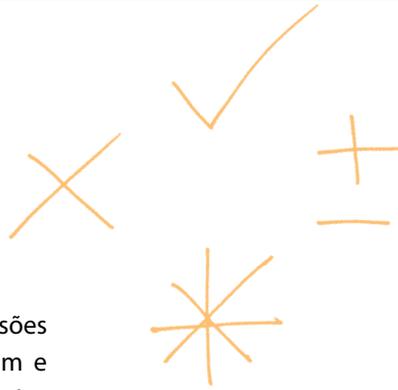
DOURADO, L. F. OLIVEIRA, J. F. A qualidade da Educação: perspectivas e desafios. **Cadernos CEDES**, Campinas, vol. 29, mai/ago. 2009.

Perspectivas para o trabalho pedagógico e para a gestão do ensino

Os dados produzidos pelas avaliações externas apontam problemas que incidem tanto na ação do professor na sala de aula, como na gestão da escola e nas diretrizes e intervenções da secretaria de educação. Portanto, indicam os âmbitos nos quais as ações e

prioridades serão repensadas e planejadas, a partir da leitura dos dados: o que os dados indicam sobre a aprendizagem dos alunos? Quais aspectos estão contribuindo para os resultados? O que fazer para melhorar? Quais ações priorizar?





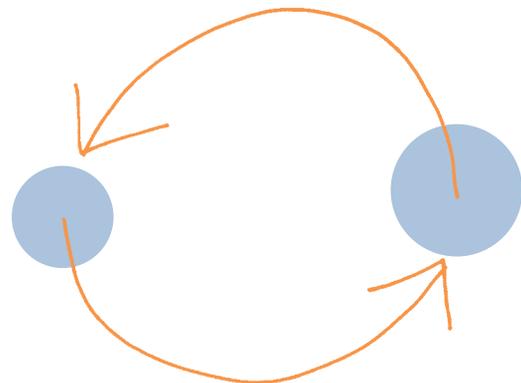
Vistos de forma global, esses âmbitos ou dimensões da ação educativa interagem, se complementam e por isso mesmo são corresponsáveis pelos resultados de desempenho dos estudantes nas avaliações externas. Desse modo, é justo considerar que melhorar a aprendizagem demanda ações conjuntas.

Ações isoladas ou desarticuladas demonstram ter efeitos superficiais sobre os problemas detectados. Se a finalidade básica da ação educativa realizada nesses três âmbitos é a garantia do direito de aprender:

- para as secretarias de educação, o desafio é apoiar as escolas na melhoria do ensino e planejar políticas educacionais comprometidas com o avanço da aprendizagem;
- para as escolas, por sua vez, o desafio é organizar a gestão de modo a priorizar o apoio pedagógico ao trabalho docente junto aos alunos;
- para os professores, o desafio é comprometer-se com a aprendizagem de seus alunos, intervindo pedagogicamente para trazer aqueles que estiverem nos níveis mais baixos de desempenho para os níveis mais altos e, ao mesmo tempo, oferecendo possibilidades de avanços a todos.

Melhorar a aprendizagem demanda ações conjuntas

É importante reconhecer que a **avaliação externa não termina com a divulgação dos resultados das provas e indicadores. Ela continua à medida que envolve a sociedade, escolas, comunidades e poder público nos debates sobre esses resultados** e, a partir disso, abrindo caminho tanto para adensar e dialogar com as avaliações internas realizadas no âmbito das escolas (do projeto pedagógico e da ação educativa), quanto no âmbito das secretarias de educação (das diretrizes da política educacional).



Entrevista: No Ceará, as avaliações externas têm ajudado a política educacional a priorizar a aprendizagem do aluno

O Estado do Ceará desenvolve desde 2007 o Programa Alfabetização na Idade Certa (Paic) com o objetivo de mobilizar e apoiar os municípios na alfabetização dos alunos da rede pública até o segundo ano de escolaridade, de modo a garantir a aprendizagem da leitura e escrita até os sete anos de idade.

Para a concretização desse objetivo as avaliações externas têm sido importantes. A professora *Márcia Campos*, doutora em educação, coordenadora da Cooperação com os Municípios da Secretaria de Educação do Estado do Ceará, destaca que um dos principais ganhos do Paic reside no fato de as informações produzidas pelas avaliações indicarem parâmetros para a gestão dos sistemas de ensino e para a identificação e acompanhamento de escolas prioritárias.

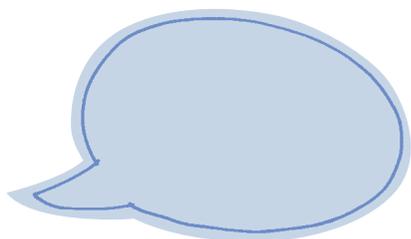
A publicação *Avaliação e Aprendizagem* conversou com *Márcia* e com *Fátima Barbosa*, secretária de educação do município cearense de São Gonçalo do Amarante – que tem se destacado por apresentar índices acima da média estadual e nacional na Prova Brasil – para conhecer um pouco melhor a condução do processo.

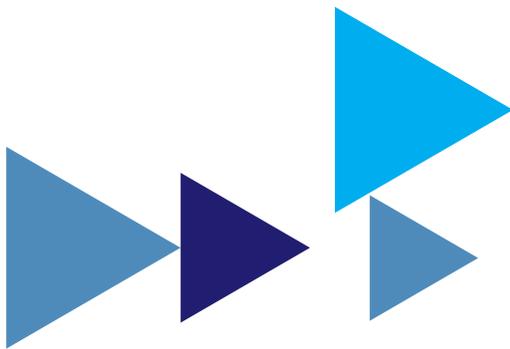
QUAIS TÊM SIDO OS DESAFIOS NA IMPLANTAÇÃO DO PAIC?

MÁRCIA: Os desafios são muitos, principalmente relacionados à complexidade de realizar não apenas a avaliação externa, mas também as intervenções pedagógicas necessárias a partir da análise das avaliações. Posso destacar alguns como: a necessidade do desenvolvimento de uma logística complexa e imensa, que garanta a cobertura de todo o Estado; professores multiplicadores com competência teórico-prática para formar os professores municipais; desenvolvimento e entrega de materiais pedagógicos alfabetizadores para o primeiro ano no início dos anos letivos; complexidade do processo de aquisição de materiais; além do acompanhamento aos 184 municípios e do desenvolvimento de capacidade técnica dos professores municipais.

COMO O ESTADO DO CEARÁ UTILIZA AS INFORMAÇÕES DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO?

MÁRCIA: O Estado tem orientado os municípios sobre a leitura dos resultados, significado das proficiências e sua relação com as matrizes utilizadas como referência das habilidades que o aluno precisa ter desenvolvido para atingir aquilo que se espera do seu aprendizado naquele ano escolar e sua relação com os descritores da Matriz Avaliativa. Há uma orientação geral de que essa leitura deve chegar a cada escola, a cada diretor, a cada professor. O secretário municipal deve fazer a gestão do sistema, investindo e acompanhando a partir daí nas escolas que possuem menores resultados. Incentivos e premiações também são utilizados pelas redes com o objetivo de valorizar as conquistas obtidas.





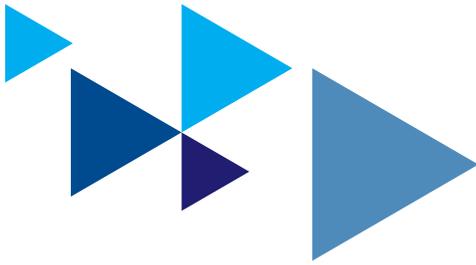
Quando o sistema é apoiado e acompanhado a partir das avaliações externas, devemos analisar o conjunto das respostas e não apenas os resultados isolados desta ou daquela escola. Dessa forma, o foco da gestão vai para o aprendizado do aluno, que acaba sendo valorizado.

QUE RESULTADOS E DESAFIOS O ESTADO DO CEARÁ TEM OBSERVADO EM RELAÇÃO AO USO DAS INFORMAÇÕES PRODUZIDAS PELAS AVALIAÇÕES EXTERNAS?

MÁRCIA: Entre os resultados positivos, podemos destacar que quando o sistema é apoiado e acompanhado a partir das avaliações externas, devemos analisar o conjunto das respostas e não apenas os resultados isolados desta ou daquela escola. Dessa forma, o foco da gestão vai para o aprendizado do aluno, que acaba sendo valorizado. Ao mesmo tempo, estamos conseguindo identificar melhor os nós do sistema – escolas e municípios com mais dificuldades – e, com isso, definimos municípios e escolas prioritárias para intervenção. Apesar desses avanços, ainda encontramos alguns municípios preocupados em treinar os alunos para a avaliação, o que acaba sobrecarregando as crianças.

DE QUE FORMA O ESTADO DO CEARÁ TEM PLANEJADO A EDUCAÇÃO PARA OS PRÓXIMOS ANOS? DE QUE FORMA É POSSÍVEL REALIZAR UM PLANEJAMENTO EDUCACIONAL SUSTENTÁVEL?

MÁRCIA: Nossa grande preocupação é com a sustentabilidade e continuidade da proposta política do Paic, por isso estamos nos articulando a organizações como a Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), Aprece (Associação dos Prefeitos Cearenses), APDM-CE (Associação Para o Desenvolvimento dos Municípios) e UNCME (União Nacional dos Conselhos de Educação). Além disso, o Paic, que foi instituído pela Lei No.14.026 (de 17 de dezembro de 2007), conta com uma legislação que premia e apoia escolas com menores resultados, por meio de parceria entre duas escolas da mesma modalidade. Os resultados do quinto ano e do segundo do Ensino Fundamental também são utilizados para constituir o índice de qualidade educacional (IQE) que define o repasse da cota parte do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para as redes municipais.



Com uma população de pouco mais de 40 mil habitantes, o Município de São Gonçalo do Amarante, no Ceará, tem se destacado por apresentar índices acima da média estadual e nacional na Prova Brasil. A secretária de Educação do Município, Maria de Fátima Mendes Barbosa (Pedagoga e Especialista em Alfabetização), atribui essas conquistas em boa parte ao trabalho conjunto de gestores escolares, professores e secretaria, além de reconhecer o papel do Paic (Programa Alfabetização na Idade Certa), que tem oferecido estrutura e recursos técnicos para o desenvolvimento da Educação municipal.

O MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE TEM APRESENTADO BONS ÍNDICES NA PROVA BRASIL E NO IDEB E UMA COBERTURA EDUCACIONAL DE QUASE 100%, A QUE A SENHORA ATRIBUI ESSES ÍNDICES? FÁTIMA: Eu diria que esses resultados se baseiam em um conjunto de ações da gestão municipal de educação, como o piso do magistério, a gratificação por desempenho, a formação continuada de professores, coordenadores e diretores, um acompanhamento bastante próximo do corpo docente das escolas, e a avaliação de desempenho dos educadores com base nos índices de aprovação, evasão, aprendizagem e metas do Ideb. Em relação à quase totalidade das crianças na escola, isso acontece graças à atuação em conjunto com o Conselho Municipal da Criança e Adolescente e Conselho Tutelar, tem sido possível realizar o acompanhamento da evasão escolar e criar condições para o retorno de crianças à escola, com isso alcançamos um índice de evasão escolar de apenas 0,9%.

A SENHORA PODERIA APONTAR AS PRINCIPAIS DIRETRIZES DA POLÍTICA EDUCACIONAL EM SÃO GONÇALO DO AMARANTE?

FÁTIMA: Temos duas frases que marcam a educação no Município: “Educação: a base para um futuro melhor” e “Educação é realizada com amor, afeto e compromisso”. Essas diretrizes se materializam em três pilares: 1) política de valorização do magistério, por meio de plano de carreira, formação continuada, piso do magistério; 2) incentivo à leitura, com a priorização do fortalecimento do hábito de leitura para alunos e professores; 3) meta de alfabetização até os sete anos. Nesse sentido, adotamos a não reprovação do primeiro para o segundo e do segundo para o terceiro ano, entendendo que a alfabetização é processo, iniciado na Educação Infantil até o segundo ano. Ao mesmo tempo, temos uma gestão muito próxima do dia a dia da escola, faço questão de participar das formações e procuro manter uma agenda de visitas regulares às escolas.

DE QUE MANEIRA O PAIC TEM IMPACTADO A GESTÃO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO?

FÁTIMA: Antes do Paic realizávamos o planejamento conjunto com os professores e gestores das escolas, fazíamos uma avaliação municipal bimestral, com um perfil dos alunos do 1º ano ao 9º ano, mas precisávamos de um incentivo acadêmico e uma estrutura melhor para o que estávamos fazendo. Com a implantação do Paic, foi possível avançar principalmente em três aspectos importantes. O primeiro é que o Paic nos auxilia a redefinir as estratégias de trabalho, ao realizar uma avaliação externa de Língua Portuguesa e Matemática e disponibilizar os resultados com muita agilidade, permitindo a análise e readequação de estratégias. Outro fator importante é

Graças à atuação em conjunto com o Conselho Municipal da Criança e Adolescente e Conselho Tutelar, tem sido possível realizar o acompanhamento da evasão escolar e criar condições para o retorno de crianças à escola, com isso alcançamos um índice de evasão escolar de apenas 0,9%

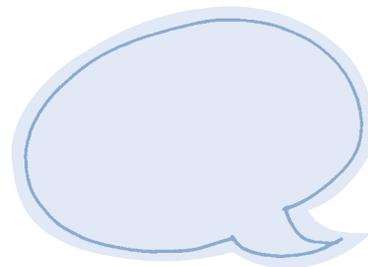
o Plano de Trabalho Anual (PTA), que fortalece a gestão educacional do Município. Também é preciso destacar que a continuidade da formação de professores com foco na alfabetização e no letramento tem contribuído fortemente para a qualificação e permanência dos professores alfabetizadores nas séries iniciais, o que tem se refletido em maior estabilidade nas escolas, bem como na proximidade e parceria entre gestores e educadores.

EM SUA OPINIÃO, QUAIS OS PRINCIPAIS DESAFIOS E RESULTADOS DA IMPLANTAÇÃO DO PAIC NO MUNICÍPIO?

FÁTIMA: *Acredito que os principais desafios são: criar um grupo gestor qualificado para gerenciar o programa, envolver outros setores como Saúde, Ação Social, entre outros, como corresponsáveis pela aprendizagem dos alunos; além de estimular a cultura de análise e divulgação de resultados. Considero que os ganhos estão na efetiva alfabetização de todas as crianças, “nenhum a menos”; e na formação de profissionais preparados para alfabetizar, o que nem sempre conseguimos apenas com a formação acadêmica.*

A IMPLANTAÇÃO DO PAIC SE REFLETE EM OUTRAS ÁREAS DA EDUCAÇÃO DE MUNICIPAL? DE QUE FORMA?

FÁTIMA: *Sim. Principalmente no eixo de literatura e formação de leitores (todos os alunos dos anos iniciais têm acesso aos livros de literatura do Paic e se envolvem nos projetos literários); no reforço escolar para os alunos com alfabetização incompleta, em que utilizamos*



muito o programa “Luz do Saber” e nas estratégias de avaliação e estruturação de rotinas para melhor aproveitamento do tempo em sala de aula nas demais séries.

SOBRE O PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PAIC) NO CEARÁ

Desde 2007 os resultados do PAIC vêm sendo acompanhados por meio de uma avaliação externa, que mede a proficiência de leitura das crianças do 2º ano do Ensino Fundamental. Os efeitos do programa já podem ser observados nos resultados do Ideb. No Ceará os índices superam a média das regiões Norte e Nordeste em todas as etapas. Foi também o Estado que apresentou o maior crescimento nas séries iniciais: passou de 3,8 em 2007 para 4,4 em 2009 e para 4,7 em 2011, alcançando a média da rede pública nacional (4,7). Para as séries iniciais o Ceará já está próximo da meta projetada pelo MEC para a rede pública do Estado em 2019, que é 4,8.

Para saber mais sobre o PAIC acesse:

www.idadecerta.seduc.ce.gov.br/index.php/historico/historia

Impressão: Ipsis Gráfica e Editora
Fonte: Myriad Pro
Papel capa: Duo Design 250g/m²
Papel miolo: couché fosco 150g/m²
Tiragem: 3.000
São Paulo, janeiro 2013

Coordenação Técnica



Iniciativa

